CDESRS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Dois anos de Conselhão: diálogo promove desenvolvimento

Principais assuntos do Estado passam pela análise do Pleno
PÁGINA 08

Câmaras Temáticas aprofundam debates setoriais
PÁGINA 36

Mais de 130 propostas são acolhidas pelo governo estadual
PÁGINA 16

GESTÃO 2011/2012

ÍNDICE

EDITORIAL
O diálogo que impulsiona o desenvolvimento 4
CDES-RS: Diálogo social para o desenvolvimento do Rio Grande 5
Nas dez reuniões do Pleno, conselheiros debateram principais políticas para o RS 8
Mais de 130 propostas do CDES-RS acolhidas pelo Governo do Estado 16
Conselheiros produzem 18 recomendações em diferentes áreas 18
Diálogos ampliam debates com a sociedade 26
Conselheiros falam da experiência da primeira gestão 33
Câmaras Temáticas: espaços de estudo e formulação 36
Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica 37
Qualidade na educação concentra esforços 39
Novo modelo de gestão de estradas é orientado pelo debate público 41
Conselho Deliberativo Metropolitano gerencia questões comuns à região 44
A busca de um sistema de previdência pública sustentável 46
Proposta de Conselho Estadual de Comunicação Social é formulada com amplo debate 49
Sugestões protegem o setor coureiro-calçadista 51
Região da Serra busca reduzir desigualdades e garantir infraestrutura para a produção 53
Inovação como estratégia de desenvolvimento tecnológico 55
Direitos humanos e enfrentamento às desigualdades são pautas permanentes 57
Desenvolvimento rural com inclusão social orienta propostas 60
Aprimoramento do sistema público de saúde mobiliza conselheiros 63
Infraestrutura para sedimentar o desenvolvimento 65
Crescimento da indústria oceânica e autonomia energética pautaram debates 68
Qualidade da gestão pública é foco de discussões 70
Piso Regional: a busca de uma política de reajuste pelo diálogo 72
Legado da Copa em debate no Conselhão 74
CDES-RS integra Sistema Estadual de Participação Cidadã 76
Conselhão e Fundação Piratini promovem debates na praça 79
Conselhos formam Rede da América-Latina e Caribe 80
Conselheiros e Conselheiras 82
Expediente 86

EDITORIAL

O diálogo que impulsiona o desenvolvimento

Popularmente conhecido como Conselhão, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul completou dois anos de existência. Integrante do Sistema Estadual de Participação Cidadã, o CDES-RS é um órgão que se afirma como espaço público institucional de democratização da gestão e concertação social, no qual a sociedade gaúcha se faz representar e valer suas contribuições, produzidas através de intenso e amplo diálogo.

Mesmo que a participação da sociedade civil nas decisões públicas seja uma das marcas de governos democráticos, muitas vezes os processos são contaminados pela lógica de vencidos e vencedores, maiorias e minorias, nos quais os interesses corporativos subordinam visões mais universais e solidárias. Em sentido inverso, o CDES-RS se diferencia especialmente por uma prática inovadora: o processo decisório não se dá pelo voto, mas pela busca de definições coletivas que, partindo do dissenso, verifique pontos convergentes e produza propostas consensuais. Este é um valor intangível do CDES-RS.

Entre as principais conquistas que marcaram o primeiro mandato do Conselhão, está o reconhecimento público da importância do diálogo entre sociedade e governo como método democrático. Outra é a materialidade dos consensos entre os conselheiros que resultaram em mais de 130 propostas transformadas em políticas públicas. Refletem na comunidade gaúcha políticas como o Pacto Gaúcho pela Educação, o Programa de Irrigação, um novo modelo de pedagiamento, a instalação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, medidas de incentivo tributário aos setores produtivos (calçadista, indústria, agricultura, inovação tecnológica), de desenvolvimento regional, como a questão do Porto de Cachoeira, a reabertura de escolas em Santiago, entre outras.

Esta primeira gestão de conselheiros comprovou que programas e ações que influenciam diretamente a vida dos gaúchos podem ser orientadas pelo diálogo com os diferentes segmentos da sociedade.

O Conselhão gaúcho é inspirado no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, que completa uma década contribuindo com diretrizes para diminuir a desigualdade no Brasil e formular o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os resultados já alcançados pelo CDES-RS, somados às perspectivas para 2013, de crescimento do PIB gaúcho, de investimentos dos governos estadual e federal na ordem de R$ 20 bilhões e privado de R$ 29 bilhões, obras de saneamento, reforma de mais de mil escolas e aumento da produção agrícola sem estiagem, ampliam ainda mais a sua responsabilidade.

O Conselhão, que inicialmente se pensava ser um órgão exclusivamente do governador, hoje pertence a todos os gaúchos e gaúchas, em uma nova cultura de diálogo solidário e cidadão. Os conselheiros e conselheiras demonstraram grande dedicação e comprometimento cívico em suas atribuições de acompanhar as políticas de governo, sugerir ações e aprimorar os programas em andamento.

Os integrantes da nova gestão certamente também realizarão importantes diálogos para seguir produzindo mudanças na vida dos gaúchos.

Cláudio Fachel

CDES-RS: diálogo social para o desenvolvimento do Rio Grande

Em dois anos de atividade, o Conselhão debateu as principais políticas e programas do governo e contribuiu com mais de 130 propostas que foram acolhidas pelo Executivo

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul é um espaço público não estatal que tem o objetivo de analisar, debater e propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável do Rio Grande do Sul. Criado em 2011 como órgão de consulta e assessoramento do Governador, é formado por 90 integrantes da sociedade e 12 secretários de Estado e integra o Sistema Estadual de Participação Cidadã.

O CDES-RS reúne a pluralidade da sociedade gaúcha num ambiente de reflexão, trânsito de idéias, mediação, diálogo e reconhecimento das diferenças na busca de consensos e de fortalecimento de processos democráticos.

Os conselheiros e conselheiras são convidados pelo governador e atuam de forma voluntária e não remunerada, com mandato de dois anos podendo ser reconduzidos por mais um período.

O CDES-RS é inspirado no CDES da Presidência da República, criado em 2003 pelo governo federal.

Funcionamento do CDES-RS

O CDES-RS possui diversas instâncias: o Pleno, o Comitê Gestor, as Câmaras Temáticas e os Diálogos CDES-RS. A presidência do Conselho é exercida pelo governador e a Secretaria Executiva garante as condições para a realização de suas atividades.

O Pleno é a instância máxima do CDES-RS, que reúne a totalidade de seus membros a cada dois meses.

O Comitê Gestor é indicado pelo Pleno e tem como funções representar o Conselho em atividades, contribuir na elaboração das pautas e encaminhar as deliberações do CDES-RS. É composto pelo secretário-executivo e nove conselheiros, renovados bimestralmente.

As Câmaras Temáticas são grupos de trabalho formados por conselheiros, representantes do governo, especialistas e convidados para aprofundar o debate de temas, promovendo estudos e propondo diretrizes e recomendações ao governo estadual. São criadas a pedido do governo ou dos conselheiros, com durações variáveis.

Camila Domingues

Caroline Biccochi

Eduardo Seidl

Realizações em dois anos de gestão

130 propostas acolhidas pelo Governo do Estado
10 reuniões do Pleno do Conselho
17 Câmaras Temáticas
19 Relatórios de Concertação
18 Recomendações
16 Diálogos Temáticos
12 Diálogos Regionais
Primeira Carta de Concertação

17 Câmaras Temáticas

- Pedágios
- Pacto Gaúcho pela Educação
- Coureiro-Calçadista
- Desenvolvimento da Região da Serra e APLs
- Desenvolvimento da Região Metropolitana
- Proteção Social
- Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
- Previdência
- Piso Regional
- Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético
- Economias do Campo
- Educação
- Cultura e Comunicação
- Modernização do Estado
- Infraestrutura e Logística
- Saúde
- Copa 2014

19 Relatórios de Concertação

São documentos produzidos a partir dos debates realizados nas Câmaras Temáticas que apontam diretrizes, recomendações e propostas ao Governador sobre os temas em questão.

18 Recomendações

São documentos resultantes dos consensos obtidos nas diferentes instâncias do CDES-RS entre os anos de 2011 e 2012, encaminhados ao governador.

1. Educação como prioridade
2. Apoio à industria nacional e ao emprego
3. Mais recursos públicos às secretarias do setor primário
4. Ampliação do orçamento para a Secretaria da Cultura
5. Reestruturação da Fundação Cultural Piratini
6. Reestruturação da dívida com a União
7. Criação de políticas públicas para LGBT
8. Apoio às mudanças no Ensino Médio e à política de Educação
9. Programa específico para o Setor Energético
10. Aprimoramento do Pacto Gaúcho pela Educação
11. Recursos para migração da Rádio-FM Cultura e TVE ao sistema digital
12. Valorização dos Profissionais da Educação
13. Campanha "Basta de violência contra a mulher"
14. Maior regulação da Saúde pelo Governo do Estado
15. Infraestrutura e Logística: diversidade nos modais de transporte
16. Economias do Campo: diretrizes para o desenvolvimento rural
17. Igualdade racial no RS
18. Apoio ao setor eólico

DIÁLOGOS CDES-RS

Os Diálogos CDES-RS são espaços de debates, temáticos ou regionais, abertos à participação da sociedade civil, onde se promovem a escuta e a troca de idéias sobre temas relativos ao desenvolvimento econômico e social, buscando a concertação de opiniões dos diversos atores envolvidos e das diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Desde 2011, foram realizados 17 diálogos temáticos e 12 regionais.

17 Diálogos Temáticos

- Formulação da Primeira Carta de Concertação
- Novo Modelo de Pedágios
- Programa de Sustentabilidade Financeira
- Propostas para o Plano Plurianual
- Diagnósticos da Ciência e Tecnologia no RS
- Programas Setoriais e Matriz Tributária
- Programa de Desenvolvimento do RS
- Conselho Estadual de Comunicação
- RS Mais Igual – Combate à Pobreza
- Situação da Pesca no Estado
- Segurança Alimentar e Nutricional – com o presidente da FAO/ONU, José Graziano
- Rio+20 – Desenvolvimento com Sustentabilidade
- Modernização do Estado: Inovação e Eficiência de Gestão – com o empresário Jorge Gerdau
- Diálogos Culturais sobre Plano Estadual de Cultura
- Desafios do Desenvolvimento Rural no RS – com o Ministro do MDA, Pepe Vargas
- Política de Microcrédito para o Desenvolvimento do RS, em parceria com o Sebrae
- Políticas de igualdade racial

12 Diálogos Regionais

Foram realizados 12 Diálogos Regionais para acolher as necessidades dos municípios e promover ações articuladas de Governo: Cachoeira do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Campo Novo, Santiago, Santo Ângelo, Santa Rosa, Farroupilha, Vacaria, Osório, Três de Maio.

Programas e Políticas de Estado debatidas pelo CDES-RS

A pedido do governador Tarso Genro, os conselheiros e conselheiras também têm a atribuição de acompanhar os principais programas de governo, monitorando sua implementação. Entre elas estão:

1. Política Industrial e Arranjos Produtivos Locais – Debates no Comitê Gestor do Pleno e na reunião do Pleno do CDES-RS (17/07/12). Relatório encaminhado ao governador e ao secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento.

2. Pacto Gaúcho pela Educação – Debates na Câmara Temática Educação. Propostas encaminhadas ao Comitê Gestor do Pacto.

3. Programa de Sustentabilidade do Estado: Em maio de 2011, os conselheiros analisaram a proposta do governo antes de ser enviada ao Legislativo. Entre os consensos estão: a regulamentação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que implementa o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; o controle de gastos públicos; a venda de imóveis ociosos; a intensificação na cobrança da dívida ativa e a qualificação do fisco. Registraram que os temas mereceriam mais tempo para análise.

4. Reestruturação do Ensino Médio – Debates na Câmara Temática Educação. Nota de Recomendação encaminhada ao governador.

5. RS Mais Igual - Pauta de reunião do Pleno do CDES-RS realizada em 17/05/2012. Relatório encaminhado ao governador e secretário-chefe da Casa Civil.

6. Plano Safra e Programa de Irrigação – Pauta da Câmara Temática Economias do Campo. Contribuições encaminhadas às secretarias da área. Acolhimento da sugestão dos conselheiros para formular um Plano Safra para a agricultura camponesa.

7. Política de Desenvolvimento Rural – Realização de Diálogo "Desafios do Desenvolvimento Rural Gaúcho" – com a presença do Ministro Pepe Vargas. Relatório de contribuições já encaminhado ao governador.

8. Microcrédito – Realização de Diálogos CDES-RS em parceria com Sebrae e Associação das Federações das Câmaras de Dirigentes Logistas.

Carta de Concertação orienta governo

O documento apresenta eixos e diretrizes para uma Agenda Sustentável para o Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do RS. Foi elaborado em 2011 para servir de referência à formulação e execução das políticas e ações do Governo do Estado. A íntegra está disponível no link http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/9

Em 2013, uma das primeiras tarefas dos conselheiros da segunda gestão será a elaboração da Segunda Carta de Concertação, com temas como a agenda brasileira da Rio + 20, mudanças climáticas, zoneamento econômico-ecológico, resíduos sólidos, recursos hídricos e energia; justiça social, desenvolvimento territorial, redução das desigualdades regionais e questões urbanas.

Cláudio Fachel

Nas dez reuniões do Pleno, conselheiros debateram principais políticas para o RS

"Os assuntos estratégicos para o desenvolvimento do Estado foram pautas permanentes nos dois primeiros anos de funcionamento. A reestruturação da dívida com a União, programas de redução da miséria e medidas de proteção contra a crise foram alguns dos temas tratados"

Os encontros dos 90 conselheiros e conselheiras da sociedade civil e 12 secretários de Estado ocorrem a cada dois meses no Palácio Piratini, coordenados pelo governador do Estado e pelo secretário-executivo do CDES-RS.
Entre os temas de destaque tratados no período, estão a renegociação da dívida do Estado com a União, medidas de proteção contra a crise, combate à miséria, garantia de direitos homoafetivos, a política industrial, o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e a política de educação.

Calendário

2011:
15 de março; 5 de maio; 7 de julho; 13 de setembro; 1º de dezembro.

2012:
12 de março; 17 de maio; 10 de julho; 12 de setembro; 27 de novembro.

Presidente do BNDES fala dos R$ 11 bilhões previstos para o Estado

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, participou de encontro extraordinário com membros do Conselhão e empresários quando falou da estimativa de destinar mais de R$ 11 bilhões para o Rio Grande do Sul em 2011, o que significou um incremento entre 10% e 15% em relação ao ano anterior.
Destacou que a política de desenvolvimento do Governo Federal fortalecerá os setores gaúchos mais deprimidos pela concorrência internacional, como os polos calçadista, moveleiro e de vitivinicultura, com mais recursos. O presidente do BNDES lembrou, ainda, que será expandido o crédito à pequena empresa.
Já em nível nacional, o representante da instituição financeira enfatizou que o Brasil ingressa em um novo ciclo de desenvolvimento. "O desembolso do banco para o país deverá saltar dos R$ 143,7 bilhões de 2010, para R$ 144,3 bilhões em 2011".
Após a realização da palestra "BNDES e o novo ciclo de desenvolvimento econômico", Coutinho foi ao Palácio Piratini para reuniões de trabalho com o governador Tarso Genro e secretários. (Reunião Extraodinária 18 de fevereiro 2011)

SECOM

Governo instala Conselho com desafio de propor plano de desenvolvimento para o RS

Construir as condições para que o Estado ingresse em um novo patamar de desenvolvimento, pautado pela equidade social, pelo equilíbrio regional e microrregional e pelo respeito ao meio ambiente, alicerçados no fortalecimento da democracia.
Com este desafio e as metas de estabelecer um diálogo permanente com a sociedade e de propor uma agenda de desenvolvimento para os próximos anos no Rio Grande do Sul, foi instalado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), no Palácio Piratini, em 15 de março de 2011.
Foram aprovados o Termo de Referência, o Regimento Interno e o funcionamento de seis câmaras temáticas: Piso Salarial Regional; Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais; Pacto Gaúcho pela Educação; Desenvolvimento Metropolitano; Previdência; Pedágios.
Foram debatidos os elementos orientadores para elaboração de uma agenda de desenvolvimento, com inclusão social e sustentabilidade ambiental.
O governo informou que recebeu mais de 300 solicitações de pessoas e organizações para integrar o conselho, dos quais foram selecionados 90 nomes. (1ª reunião: 15 de março de 2011 - Salão Alberto Pasqualini - Palácio Piratini)

Camila Domingues

Caroline Biccochi

SECOM

Eduardo Seidl

Camila Domingues

Plano de Sustentabilidade Econômica recebe contribuições

Na segunda reunião do Pleno, o Governo detalhou os projetos do Executivo que visam a sustentabilidade financeira do RS. Ressaltou a importância de ampliar a discussão junto ao Conselhão e promover os ajustes para manter o funcionamento do Estado. Os conselheiros receberam um prazo de 15 dias para enviar suas contribuições.

Entre os temas do plano estão alterações nas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), Taxa Ambiental, Inspeção Veicular e Previdência Social do Estado.

O Governo informou que, entre seus objetivos, propõe-se aumentar a capacidade de investimentos, por meio da fiscalização, qualificar as políticas sociais, ampliar o combate à guerra fiscal e reduzir e racionalizar as despesas.

O Pleno referendou a criação de mais seis câmaras temáticas: Políticas de Proteção Social, Saúde, Segurança Pública, Segurança Alimentar e Habitação; Economias do Campo: Cooperativismo, Agroindústria, Reforma Agrária e Agricultura Familiar; Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico; Polo Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético; Cultura e Comunicação; Coureiro-Calçadista.

Já estavam em andamento as câmaras temáticas da Previdência Pública; Piso Regional; Pedágios; Pacto Gaúcho Pela Educação; Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais; Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Também foi apresentado o portal do Conselhão (www.cdes.rs.gov.br), ferramenta digital voltada à informação, transparência e interatividade do colegiado. (2ª reunião: 5 Maio 2011- Salão Negrinho do Pastoreio - Palácio Piratini)

Teto salarial dos servidores e Carta de Concertação concentraram atenções

Na terceira reunião do Pleno, os conselheiros entregaram ao Executivo a Primeira Carta de Concertação, documento com as diretrizes para a construção de uma Agenda Sustentável para o Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (http://www.cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/9).

Das 12 Câmaras Temáticas em andamento, quatro apresentaram os resultados de seus debates e reuniões, por meio de relatórios, que foram encaminhados pelos conselheiros para serem aprovados pelo colegiado e entregues ao governador.

Na pauta da reunião também estiveram o encaminhamento das propostas ao Plano Plurianual (PPA) e as contribuições dadas ao Plano de Sustentabilidade Financeira, além da apresentação de um resumo das atividades do primeiro semestre, como as quatro recomendações: priorizar a busca da qualidade da educação no RS; adoção de medidas para evitar a tendência de desindustrialização do RS (entregue ao CDES Nacional); ampliação do orçamento para as secretarias vinculadas às economias do campo; e qualificação, fortalecimento e investimentos na Fundação Cultural Piratini.

Um dos temas que ganhou força durante a reunião do Pleno foi o debate sobre o teto salarial para os servidores públicos. O governador defendeu uma matriz salarial interna com menos desigualdade e que discuta o conceito de salário máximo e de mínimo aos servidores públicos. (3ª reunião: 7 de julho de 2011- Salão Negrinho do Pastoreio Palácio Piratini)

Executivo apresenta Sala de Gestão e situação das finanças

Neste encontro, o governo apresentou o Sistema de Monitoração e Avaliação de Projetos Estratégicos, conhecido como Sala de Gestão, o quadro das finanças do Estado, respondendo dúvidas dos conselheiros, e detalhou os projetos que enviaria ao Legislativo. Entre eles, a proposta do novo Fundopem, com itens como a obrigatoriedade da compra de insumos de fornecedores gaúchos para reverter para as bases produtivas locais, alavancando a economia e permitindo maior arrecadação.

Foi mostrada ainda a marca do CDES e o novo espaço digital de debates dos conselheiros na área reservada no portal www.cdes.rs.gov.br e pesquisa realizada entre os conselheiros.

87,35% consideram positivo o trabalho do CDES;

82,9% positivo o Plano de Sustentabilidade Financeira;

78,67% veem o CDES como espaço de convergência entre opiniões;

67,90% positivo para a articulação do governo estadual com o federal;

63,41% entendem que as propostas do Conselho são acolhidas como insumo de políticas e prioridades do governo.

Conselheiros avaliaram que precisam melhorar a participação nas instâncias do CDES:

28,05% Por meio de maior participação nos Diálogos CDES

24,39% Pela maior participação nas Câmaras Temáticas

20,73% Por meio de maior interatividade junto ao portal CDES

19,51% Por meio de maior envolvimento dos conselheiros técnicos.

(4ª reunião - 13 de setembro de 2011)

Camila Domingues

Caroline Biccochi

Cláudio Fachel

Conselhão realiza balanço do primeiro ano durante Encontro Ibero-Americano de Conselhos

A quinta reunião ocorreu junto ao I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais, quando foram aprovadas as diretrizes para um novo modelo de gestão das estradas gaúchas, o início da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação e as reformas na educação, além do balanço do primeiro ano de trabalho, foram pautas do encontro aberto à comunidade.

Entre os resultados do primeiro ano do CDES-RS destacam-se a oferta de mais de 60 mil vagas no Pacto Gaúcho pela Educação; 13 premissas que orientam o novo modelo de Pedágios a vigorar em 2013; programas e financiamento para os Arranjos Produtivos Locais; a criação de um novo arranjo institucional para gerir coletivamente as demandas da Região Metropolitana.

No período, 16 Câmaras Temáticas entraram em funcionamento, foram realizados 13 Diálogos CDES-RS, num total de mais de 120 reuniões de trabalho. (5ª reunião - 1º de dezembro de 2011)

Presidente da FAO debateu segurança alimentar e nutricional com Conselhão

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano, veio ao encontro do Conselhão gaúcho para debater a garantia do acesso a alimentos em quantidade e qualidade para as populações. A ONU estima que aproximadamente um bilhão de pessoas passem fome no mundo e 16 milhões no Brasil. Desses, 300 mil se localizam no Rio Grande do Sul e são alvos dos esforços do programa do Governo Estadual "RS mais Igual". A atividade, denominada "A importância da sociedade civil nacional e internacional para a segurança alimentar e nutricional", ocorreu no Palácio Piratini, organizada pelo CDES-RS e CDES Nacional, com apoio do Consea e da FAO, abrindo a programação do Fórum Social Temático. (Reunião extraordinária - 24 e janeiro de 2012)

Medidas de combate à estiagem

Após o colóquio com a direção da FAO, foi realizada reunião extraordinária sobre medidas para combater a estiagem. Entre os resultados deste encontro está a criação do Programa de Irrigação e a anistia de R$ 24 milhões do programa Troca-Troca de Sementes de milho, abrangendo mais de 210 mil produtores, além de contratações emergenciais de servidores para agilizar licenças ambientais para projetos que minimizam os efeitos climáticos, e garantia de abastecimento de milho ao valor de R$ 18,00 a saca. Até o dia da reunião, o total de recursos estaduais e federais para socorrer as populações dos 321 municípios em situação de emergência chegavam a R$ 55 milhões. Somados aos R$ 24 milhões do programa Troca-Troca, a soma alcança R$ 79 milhões. Os valores do Troca-Troca da Safra deveriam ser pagos pelos produtores até 30 de abril e os da Safrinha até 20 de junho. A reestruturação técnica da Fundação Estadual de Proteção Ambiental e um programa de irrigação também foram consequências do encontro.

Eduardo Seidl

Eduardo Seidl

Caco Argemi

Conselhão e ex-governadores propõem movimento nacional para reestruturar as dívidas dos estados com a União

Mudança de indexador e redução da taxa de juros estão entre as sugestões. Dívida totaliza R$ 43,2 bilhões e compromete 13% da receita.

Na primeira reunião do Pleno de 2012, foi aprovada pelos conselheiros uma recomendação ao governador Tarso Genro propondo liderar um movimento nacional para reestruturar as dívidas dos estados com a União. O governador ficou encarregado de levar a posição gaúcha para o encontro com governadores de todo o país. No RS, a dívida totaliza R$ 43,2 bilhões e compromete 13% da receita, quadro mais grave entre os estados brasileiros. O empréstimo foi solicitado em 1998 e, desde então, vem aumentando em função dos juros. O contrato de refinanciamento está sendo pago em prestações mensais e sucessivas, com base na tabela Price, incidindo juros de 6% ao ano e atualização monetária pelo Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI/FGV).

Quando foi firmado o acordo entre a União e os estados há 14 anos, este valor era de R$ 11bilhões, o que resulta em um incremento de R$ 29,6 bilhões. Pelo contrato, a dívida deve ser paga até 2028, com mais 10 anos para pagamento das sobras. Pelas regras atuais, o valor chegaria a R$ 60 bilhões em 2028.

"O CDES-RS entende, por consenso, que os juros e os serviços que norteiam o pagamento do Estado frente à União não têm mais fundamentos na nova realidade econômica e financeira do país. A União deve demonstrar seu apreço em direção a um pacto federativo democrático e propor alternativas conjuntas, para que a dívida seja reestruturada e o percentual incidente sobre a receita líquida dos estados seja significativamente rebaixada, permitindo, assim, mais investimentos em saúde, segurança, educação e infraestrutura", diz a íntegra da nota.

Nas 11 intervenções dos conselheiros, foi ressaltada a importância do Estado recuperar sua capacidade de investimento e retomar a função de indutor do desenvolvimento, sendo urgente reduzir o comprometimento da receita com a dívida. Houve acordo sobre a urgência e importância de rever as bases do acordo firmado em 1997 em padrões considerados atualmente como injustos e insustentáveis.

A reunião contou com a participação dos ex-governadores Olívio Dutra e Germano Rigotto, que apresentaram sugestões para a reestruturação da dívida. Mudança de indexador e redução da taxa de juros estão entre as sugestões.

Olívio Dutra, que governou o Estado de 1999 a 2002, sugere a redução do percentual de comprometimento de 13% para 9%, com carência de cinco anos e mais 10 anos de prazo para equacionar o pagamento.

Para Germano Rigotto (2003-2006), a União deve rever o contrato e propôs a mudança do indexador de IGP-DI para IPCA e a redução de 6% para 2% a taxa de juros. Relembrou que na época da renegociação os estados consideraram o acordo vantajoso, mas as condições mudaram com o passar do tempo. Em 1997 a taxa Selic, por exemplo, girava em torno de 24% e hoje está em 9,5%.

Na reunião foi apresentada a revista "Diálogo para o Desenvolvimento", sobre o trabalho realizado pelo Conselho em 2011. As 12 conselheiras do CDES-RS foram presenteadas com flores e com uma exposição de quadros com temática feminina, marcando o dia internacional da mulher. (6ª reunião do Pleno - 13 de março 2012 - Salão Negrinho do Pastoreio no Palácio Piratini)

Combate à miséria e garantia de direitos homoafetivos pautam encontro

Atividade contou com balanço sobre viagem à Europa, exposição sobre o programa RS Mais Igual e lançamento de políticas voltadas aos direitos LGBT

Combate às desigualdades sociais e respeito à liberdade sexual marcaram a sétima reunião do Pleno. A Carteira de Nome Social e o programa Diversidade na Escola foram anunciados oficialmente na oportunidade, na qual também foi detalhado o andamento dos programas RS Mais Igual e RS Mais Renda, voltados à erradicação da pobreza extrema no Estado e à promoção da inclusão produtiva.

Na ocasião, a Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul fez uma doação de R$ 30 mil ao Fundo de Combate à Pobreza Extrema. Os conselheiros do CDES-RS, em suas manifestações, destacaram o fato da estratégia conciliar a transferência de renda com a capacitação profissional e a educação.

Em celebração ao Dia Mundial de Combate à Homofobia, o Governo do Estado aproveitou a oportunidade e apresentou ao pleno do Conselhão duas políticas voltadas diretamente aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT): a Carteira de Nome Social e o programa Diversidade na Escola. Articuladas de modo transversal por diversas secretarias de Estado, ambas as políticas atendem a antigas demandas de movimentos sociais engajados pelos direitos LGBT. Os temas haviam sido debatidos no âmbito do Conselhão em 2011.

A primeira autoriza a expedição da carteira de identidade com os nomes que os travestis e transexuais escolhem para si; a segunda diz respeito à conscientização no âmbito escolar para o combate à homofobia e à violência sexual entre crianças e adolescentes, além de capacitar servidores para o combate à discriminação e ao bullyng homoafetivo, entre outras providências.

O governador apresentou ainda balanço da missão promovida pelo Executivo gaúcho à Europa entre os dias 30 de abril e 10 de maio. A viagem resultou em assinatura de acordos, memorandos e protocolos de cooperação com empresas e institutos de pesquisa europeus, fortalecendo relações políticas, econômicas e financeiras do Estado com o exterior. Por proposição dos próprios conselheiros, foi determinada a instalação de duas novas câmaras temáticas: Saúde e Copa 2014.

Também foi lançada a revista sobre o I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais, evento que ocorreu em Porto Alegre, em dezembro de 2011, e anunciada a II edição na Espanha, para o ano seguinte. (7ª reunião do Pleno - 17 de maio – Palácio Piratini)

Conselhão debate medidas de proteção contra a crise financeira

Reforçar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento foi consenso na reunião que tratou de programas de apoio ao setor produtivo, o déficit da Previdência e dívida do RS com a União

A estratégia gaúcha para proteger o Estado contra os efeitos da crise econômica internacional e as ações do governo para apoiar o crescimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental foram temas da oitava reunião do Pleno. Nas diferentes manifestações, houve unanimidade em reconhecer a retomada do protagonismo do governo estadual em fortalecer o Estado como agente indutor do desenvolvimento. A atividade contou com a participação de dirigentes de entidades empresariais, sindicais e da universidade, que apresentaram suas perspectivas sobre a crise e destacaram dificuldades em cada setor.

Medidas voltadas à infraestrutura energética, o movimento para a reestruturação da dívida do Estado com a União, a criação do Novo Fundopen, a elaboração participativa do Plano Safra, investimentos em saneamento básico, como a recuperação da Corsan e o Plano de irrigação "Mais Água Mais Renda", foram mencionados pelo presidente do Conselho como elementos mitigadores dos efeitos da crise que contaram com a cooperação do Conselhão.

O governador Tarso Genro declarou que houve grande convergência entre as manifestações para restaurar o Estado como indutor do desenvolvimento, com diálogo e participação de todos os segmentos. "Vimos a vontade política de somar e achar soluções com as diversas formas e ópicas. Mostra que o CDES-RS está dando certo e os conselheiros são imprescindíveis para dar andamento a este trabalho", concluiu.

Também pediu contribuições aos membros do Conselho para buscar soluções para o déficit de R$ 6 bilhões anuais da previdência pública. "Queremos sugestões", solicitou.

Em questões como a dívida do Estado com a União, ressaltou a boa relação com o governo federal em buscar uma solução conjunta. Disse ainda que houve avanços importantes com a chegada de R$ 785 milhões do governo federal ao RS, que trocou uma dívida cara por dívida mais barata para injetar investimentos na infraestrutura do Estado.

Sobre as solicitações de menos impostos e mais infraestrutura, orientou que os conselheiros contribuam com sugestões de como fazer isso. Lembrou que as medidas do governo, como reduzir impostos para micro e pequenas empresas e horizontalizar o Fundopem em todo o território, foram ações novas que alcançam os empreendedores de forma inédita. A conjuntura econômica internacional e as ações governamentais para combater os reflexos da crise foram debatidas pelos participantes do encontro. (8ª reunião do Pleno - 10 de julho de 2012 - Palácio Piratini)

Educação e piso do magistério pautam nono encontro

Recomendada como prioridade para o governo, a educação foi o tema da nona reunião do Pleno do CDES-RS e contou com a presença do secretário da Educação, José Clóvis de Azevedo, que respondeu a perguntas dos conselheiros durante reunião-almoço no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, alusiva ao 20 de Setembro.

O secretário informou que até 2014 os professores da rede estadual terão reajuste de 76%, sendo 40% deste índice reposição e o restante aumento real. Também informou que no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) o RS continua em destaque nacional em áreas como português e matemática. Quanto aos investimentos na Educação, o RS ocupava o 26º lugar em 2005 com 20,14%, chegando a 28,26% em 2011, melhorando a posição para 8º lugar.

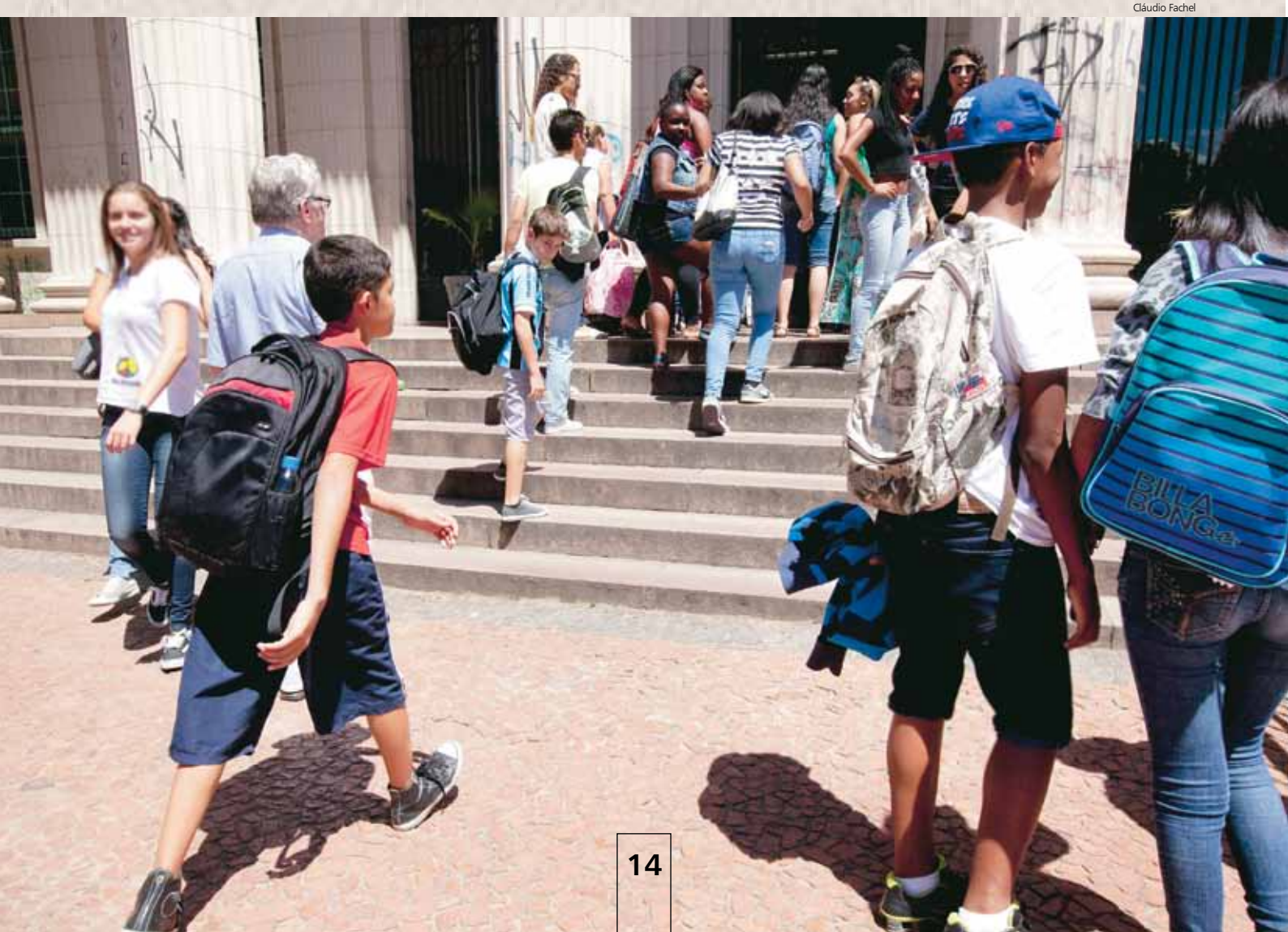
Os conselheiros e conselheiras reforçaram as sugestões feitas na área da Educação e fizeram outras duas recomendações: que o governo estadual envide todos os esforços junto ao Governo Federal para que o mesmo aporte recursos suplementares para pagamento do piso dos professores e intensifique a busca pela reestruturação da Dívida do Estado com a União, para reduzir o comprometimento da receita estadual, retirando os gastos com a saúde e educação da base do cálculo da Dívida dos Estados, que no caso gaúcho equivale a 13% da Receita Líquida Real.

O governador Tarso Genro reafirmou sua disposição em pagar o piso nacional dos professores corrigido pela inflação até o final do mandato, mas alertou que a correção feita a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é impagável para qualquer Estado.

O chefe do Executivo também explicou que a ação impetrada pelos governadores no Supremo Tribunal Federal não questiona o pagamento do piso, mas seu índice de reajuste. Destacou que a correção pelo Fundeb só seria possível através de uma renegociação da dívida dos Estados com a União ou se fossem designados fundos para atingir esse índice.

"Nenhum governo irá pagar o piso Fundeb. É impossível. A não ser que possamos fazer uma negociação com o governo federal e introduzir esse dispositivo em lei estadual, através de uma compensação da dívida pública que o Estado tem com a União". (9ª Reunião - 12 de setembro de 2012 - Galpão Crioulo do Palácio Piratini)

Cláudio Fachel



Conselhão encerra primeiro ciclo de gestão com 130 propostas acolhidas pelo Governo

Na décima e última reunião do Pleno do primeiro mandato do CDES-RS, foram apresentados um balanço das atividades e os principais resultados do trabalho realizado em 2011 e 2012. Uma publicação foi distribuída com o resumo dos encaminhamentos, um vídeo foi exibido com exemplos dos reflexos das ações na vida dos gaúchos e um conjunto de banners foi exposto na entrada do Palácio Piratini com a síntese das ações.
Entre elas, estão o Pacto Gaúcho pela Educação, que ofertou 60 mil vagas para educação técnica e originou o ProUni Gaúcho, e o programa Mais Água, Mais Renda, que subsidia projetos de irrigação. Foram destacados ainda o novo modelo de pedágios; formulação de política de TI; constituição do Conselho Deliberativo Metropolitano, entre outros.
Ações como estas foram fundamentais para gaúchos como os agricultores Celso Weimann e Valcir Vedana. Produtor de milho e soja no município de Três de Maio, Weimann construiu um açude e, para irrigar sua lavoura, instalou equipamentos com recursos do programa Mais Água, Mais Renda. Vedana aumentou sua produção de uvas, em Antonio Prado, na Serra Gaúcha, a partir do apoio de profissionais contratados pelo Estado para desenvolver a região. Os dois casos são reportados no vídeo produzido pela Secom, disponível em www.cdes.rs.gov.br

O governador agradeceu o empenho e dedicação dos conselheiros e conselheiras pelo seu trabalho voluntário e destacou o esforço na busca de consensos a partir do diálogo.
Ao conceituar o Conselho como uma instância neutra e que age em nome da sociedade para legitimar ações em nome do interesse público, o chefe do Executivo e presidente do Conselho também lançou um desafio para a próxima composição do colegiado solicitando que fiscalizem a execução dos programas de governo. Pediu ainda que examinem com profundidade o tema da Segurança Pública, considerada por ele uma questão chave para a democracia. (10ª reunião - 27 de novembro - Palácio Piratini)

Comitê Gestor organiza atividades do CDES-RS

O Comitê Gestor é eleito a cada nova reunião do Pleno do CDES-RS e tem a função de representar o colegiado em atividades, contribuir na elaboração das pautas e temas das reuniões, assim como no encaminhamento das decisões do Conselho. A rotatividade dos integrantes permite que todos possam compor o grupo. Vejas as composições da primeira gestão:

Indicados em 26 de setembro de 2012:
Claudir Antônio Nespolo, Giba Assis Brasil , Ivo Cansan, Jorge Francisco da Fontoura, Julio Ricardo Mottin, Maria Alice Lahorgue, Mercedes Maria Loguércio Cánepa, Pio Giovani Dresch, Roberto de Moraes Maisonnave.

Indicados em 10 de julho de 2012:
Bolívar Baldisserotto Moura, Cláudio José Allgayer, Ercy Pereira Torma, Jorge Francisco da Fontoura, Josecarla Signor, Neuza Canabarro, Vitor Augusto Koch.

Indicados em 25 de maio de 2012:
Alexandre Sikinowski Saltz, Carlos Otávio Schneider, Eduardo Rolim de Oliveira, Ercy Pereira Torma, Josiane Rodrigues de Oliveira, Neuza Canabarro, Telmo Borba Magadan.

Indicados em 13 de março de 2012:
Alexandre Sikinowski Saltz, Antonio Escosteguy Castro, Celso Schröder Cláudio Affonso Amoretti Bier, Eduardo Rolim de Oliveira, Paulo Fernandes Tigre , Pedro Antonio Teixeira, Sandrali de Campos Bueno, Telmo Borba Magadan, Underléa Miotto Bruscato, Walter Fabro.

Indicados em 01 de dezembro de 2011:
Cláudio Affonso Amoretti Bier, Pedro Antonio Teixeira, Sérgio Schneider, Underléa Miotto Bruscato.

Indicados em 13 de setembro de 2011:
Alexandrino de Salles Ramos de Alencar , Cláudio Augustin , Frei Sérgio Görgen, Gilberto Antonio Piccinini, Leonardo Monteiro Silveira, Rosane Oliveira Duarte Zimmer, Sérgio de Miranda, Vergílio Frederico Perius.

Indicados em 07 de julho de 2011:
Athos Roberto Albernaz Cordeiro, Carlos Raimundo Paviani, Guiomar Vidor, Isaías Vedovatto, Ney José Lazzari , Osvaldo Voges, Valter Souza.

Indicados em 05 de maio de 2011:
Clamir Balén, Daniel Vieira Sebastiani, Elton Roberto Weber, Paulo Afonso Frizzo, Paulo D'Arrigo Vellinho.

Indicados em 15 de março de 2011:
Claudir Antônio Nespolo, José Antonio Fernandes Martins , Maria Alice Lahorgue, Mauri José Vieira Cruz, Mercedes Maria Loguércio Cánepa, Nadine Tagliari Farias Anflor.

Cláudio Fachel

Mais de 130 recomendações do CDES-RS acolhidas pelo Governo do Estado

Desde sua instalação em 15 de março de 2011, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) propôs um conjunto de ações fundamentais ao desenvolvimento do Estado, tanto em relação ao crescimento econômico, quanto à inclusão social e preservação ambiental, que resultaram em mais de 130 propostas encaminhadas e acolhidas pelo Governo do Estado. A relação completa está disponível na biblioteca virtual do site do CDES-RS: www.cdes.rs.gov.br

Entre elas estão:

1. Pacto Gaúcho pela Educação: Criação de uma rede entre Governo do Estado, universidades e instituições de ensino para promoção do conhecimento, incentivo à pesquisa e inovação, além de capacitação para os trabalhadores. São mais de 60 mil vagas em diferentes regiões do Estado.

2. Conselho Deliberativo Metropolitano: Instância de governança elaborada nos debates do Conselhão e aprovada na Assembléia Legislativa, atendendo a uma antiga demanda das prefeituras da região.

3. Pedágios: Encerramento dos atuais contratos com abertura de processo licitatório e elaboração de estudo para definição de modelo a ser adotado pelo governo.

4. Conselho Estadual de Comunicação Social: Elaboração de minuta do Projeto de Lei seguindo as diretrizes elaboradas pela Câmara Temática Cultura e Comunicação.

5. Programa de Irrigação: Proposta apresentada em reunião do Pleno e formatada conjuntamente com as Secretarias de Agricultura, Pecuária e Agronegócio e de Desenvolvimento Ru-

ral, Pesca e Cooperativismo, resultando no Mais Água-Mais Renda.

6. Perdão das dívidas do Troca-Troca de Sementes: Ação de enfrentamento aos prejuízos da estiagem sugerida pelos conselheiros no início de 2012, resultando na anistia aos agricultores no valor de R$ 28 milhões.

7. Reestruturação da dívida com a União: Resolução do Conselhão orienta para a renegociação da dívida. Posição foi reforçada também por cinco ex-governadores e apresentada pelo governador ao Governo Federal.

8. Coureiro-calçadista: Decreto de regulamentação do ICMS Incremental para o setor entrou em vigor em junho de 2012, a partir de sugestões da Câmara Temática.

9. Carteira de Identidade Social: Implementada pelas Secretarias de Justiça e Direitos Humanos e de Segurança, a proposta debatida na Câmara Temática Proteção Social garante que transexuais e travestis usem o nome social em documentos oficiais.

10. Porto e Distrito Industrial de Cachoeira do Sul: Através do Diálogos CDES-RS com lideranças da sociedade civil, foi realizada a concertação dos dois temas, solucionando impasse de quase uma década, com a definição da área para instalação de mais de 20 empresas.

11. Desenvolvimento da Serra: O Governo do Estado anunciou investimentos de mais de R$ 300 milhões, com base nas conclusões da Câmara Temática Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais. São medidas de apoio ao setor produtivo urbano e rural, infraestrutura, educação e saúde.

12. Área Industrial de Guaíba: O Governo do Estado coordenou um processo de concertação no primeiro semestre de 2011 para efetivar a instalação de empresas na área de 932 hectares e estimular o desenvolvimento da região. O trabalho coletivo foi possível pela compreensão e articulação com as empresas e o poder público municipal, estadual e federal. A atividade resultou em adequações legais, licenciamentos, transformação do Distrito Industrial em Zona Mista para indústrias, centros de distribuição e serviços e a garantia de infraestrutura por parte do governo estadual.

Pedro Revilion

Cláudio Fachel

Camila Domingues

Camila Domingues

Conselheiros produzem 18 recomendações em diferentes áreas

No primeiro ciclo de gestão, os conselheiros produziram 18 recomendações encaminhadas ao governador ou ao governo federal. São documentos resultantes dos consensos obtidos nas variadas instâncias do CDES-RS, entre os anos de 2011 e 2012

Educação como prioridade

O comitê gestor do Pleno e a Câmara Temática Pacto Gaúcho pela Educação apontaram a educação como prioridade para CDES-RS, demonstrando o comprometimento dos gaúchos com a importância deste tema na construção do desenvolvimento econômico e social do Estado. Em conjunto, elaboraram recomendação ao governo estadual para que destinasse atenção e dedicação total a este tema, com a necessária ampliação dos investimentos, objetivando alavancar o RS a um novo patamar de protagonismo e qualidade na promoção do conhecimento. (março de 2011) Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/43

Apoio à industria nacional e ao emprego

O Conselhão realizou um Diálogos CDES-RS para debater os elementos estratégicos ao desenvolvimento do Estado, previstos na 1ª Carta de Concertação. Na oportunidade, destacou-se a preocupação frente à tendência relativa de desindustrialização de alguns setores da economia brasileira e suas repercussões sobre o emprego e a produção interna, com impactos importantes na indústria gaúcha. Como recomendação, o CDES-RS propôs que os elementos relativos ao fortalecimento da indústria brasileira pudessem constituir pauta de discussão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e que, da mesma forma, o governador do Estado priorizasse o tema como pauta permanente nas discussões e negociações encaminhadas junto ao governo federal relativas às políticas macro-econômicas. (abril 2011)
Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/36

Aumento de orçamento para secretarias do setor primário

Considerando a importância da agropecuária para a economia gaúcha e os baixos investimentos estaduais nas secretarias dedicadas ao setor primário realizados nos últimos anos, a Câmara Temática Economias do Campo recomendou ao Governo do Estado a recomposição dos orçamentos da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Como forma de potencializar e recuperar um setor fundamental, foi ampliado para 5% o percentual dos recursos orçamentários próprios das referidas pastas. (agosto 2011)
Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/45

SECOM

Camila Domingues

Eduardo Seidl

Contribuições ao setor energético

A Câmara Temática Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético recomendou ao Governador que solicitasse ao ministro de Minas e Energia o adiamento da data final de contribuições para a Consulta Pública, levada a efeito através da Portaria MME 344 de 01 de junho de 2011. O colegiado solicitou o adiamento em pelo menos 15 dias, ou seja, até 15 de julho de 2011, com o objetivo de concluir as contribuições relativas à política energética nacional, tanto no que diz respeito à geração de energia elétrica como às fontes de grande potencial do Estado. (junho 2011)
Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/934

Apoio ao setor eólico

Em reunião especial da Câmara Temática Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético, realizada no município de Santana do Livramento, foi encaminhada ao Governo Estadual uma série de sugestões com o objetivo de fortalecer a indústria eólica gaúcha, tais como: a criação de linhas de crédito específicas para a indústria eólica; a utilização do ICMS para estimular projetos eólicos e os projetos de mercado livre; a elaboração de um Plano Diretor de Uso do Solo, com um plano ambiental específico para o setor energético; a Declaração de Utilidade Pública (DUP) para os empreendimentos eólicos; uma interface com o Pacto Gaúcho pela Educação, visando o aproveitamento das vagas oferecidas pelo Comung para qualificar profissionais e mão-de-obra especializada na indústria eólica; a aquisição pelas concessionárias de energia do Estado, de um percentual da energia produzida pelos Parques Eólicos. (28 de julho)
Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/934

Stela Pastore

Ampliação do orçamento para a Secretaria de Estado da Cultura

Na compreensão de que ampliar o financiamento público para a cultura é fator essencial para a valorização do papel do Estado como gestor e agente fomentador da política cultural, a Câmara Temática Cultura e Comunicação recomendou o efetivo cumprimento das metas orçamentárias previstas no Plano Plurianual 2012-2015 e a ampliação do orçamento da Secretaria Estadual da Cultura. A recomendação tem como objetivo garantir a implantação do Plano Estadual de Cultura e dos diversos projetos e ações da área, assegurando o direito de acesso, a gestão democrática, o fortalecimento da economia da cultura e o valor estético da produção cultural e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. (agosto 2011)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/54

Alina Souza

Reestruturação da dívida com a União

O CDES-RS entende que os juros e os serviços que norteiam o pagamento do Estado frente à União não têm mais fundamentos na nova realidade econômica e financeira do país. Para o Conselhão, a União deve demonstrar seu apreço em direção a um pacto federativo democrático e propor alternativas conjuntas para que a dívida seja reestruturada e o percentual incidente sobre a receita líquida dos estados seja significativamente rebaixada, permitindo, assim, mais investimentos em saúde, segurança, educação e infraestrutura. Esta foi a recomendação definida na sexta reunião do Pleno do CDES, onde os conselheiros propuseram que o RS lidere um movimento nacional para reestruturar as dívidas dos estados com a União. O governador levou a posição gaúcha para o encontro com governadores de todo o país. (março 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/149

SECOM

Apoio às mudanças do Ensino Médio e à política de Educação

A Câmara Temática Educação posicionou-se de forma solidária às mudanças propostas para o Ensino Médio e elaborou recomendação, manifestando-se favorável à essência dos projetos apresentados pela Secretaria Estadual de Educação. Na recomendação, a Câmara Temática propôs, dentre outras medidas: apoio a formação de professores; o restabelecimento do diálogo entre os professores e o Governo do Estado; reafirmou as recomendações que tratam da valorização do professor mediante o cumprimento do Piso Salarial do Magistério, da valorização dos trabalhadores em educação e do tema educação no centro do debate da sociedade gaúcha, promovendo a auto-estima dos profissionais através de investimentos, da realização de concursos públicos e da qualificação permanente de recursos humanos. (novembro 2011)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/110

Camila Domingues

Cláudio Fachel

Reestruturação e fortalecimento da Fundação Cultural Piratini

A Fundação Cultural Piratini, em reunião da Câmara Temática Cultura e Comunicação, apresentou diagnóstico de desestruturação no órgão nos últimos anos, o que levou a uma situação de sucateamento, exigindo importantes investimentos para a recuperação técnica, atualização tecnológica e reestruturação do quadro de pessoal. Diante disso, a Câmara Temática recomendou ao governo do Estado a reestruturação da Fundação e suas emissoras públicas de rádio e televisão, visto que a radiodifusão pública exerce papel estratégico nas sociedades democráticas. Recomendou investimentos para que a Fundação Cultural Piratini exerça com qualidade o seu papel, sendo merecedora da atenção e mobilização de toda a comunidade e a revisão da legislação atual para possibilitar a captação de recursos. (agosto 2011)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/106

SECOM

Recursos para migração da Rádio FM Cultura e TVE para o Sistema Digital

Para possibilitar que a TVE e a FM Cultura ingressem na era digital e mantenham a garantia dos canais, é urgente uma complementação orçamentária no custeio, que hoje é de R$ 112 mil, para R$ 350 mil, garantindo o atendimento das demandas decorrentes do ingresso dos novos servidores e do aumento na produção. A Câmara Temática Cultura e Comunicação recomendou ao Governador do Estado que os recursos financeiros para investimentos e custeio sejam destinados à TVE e à FM Cultura com a máxima urgência, para evitar suspensão das programações e fortalecer o sistema público de rádio difusão no estado. Recomendou, ainda, que o governo estadual amplie o debate sobre as emissoras de rádio e TV públicas, para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, buscando constituir alternativas para o iminente risco que várias rádios e tevês públicas de outros estados brasileiros correm, de cessar suas transmissões por não conseguirem adaptar-se ao formato digital no prazo estipulado. (abril 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/149

Políticas para LGBT

São recorrentes as violências cometidas por motivação homofóbica – físicas e simbólicas. Com o propósito de efetivar as políticas específicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a Câmara Temática Políticas de Proteção Social recomendou ao governador do Estado, dentre outras medidas, a criação de um Comitê Gestor para tratar das políticas públicas para LGBT; a capacitação dos servidores públicos estaduais para o atendimento do público LGBT; a implantação da Carteira de Nome Social vinculada à Carteira de Identidade Civil; celas separadas nos presídios para a população LGBT; uma política permanente e articulada de enfrentamento à homofobia nas escolas – em especial ao bullying homofóbico – e de respeito e valorização da diversidade; recursos para divulgação do programa Rio Grande Sem Homofobia; publicidade e divulgação ao Disque 100. (maio 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/181

Bruna Cabrera

Camila Hermes

Aurélio Reis

Políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial

É preciso enfrentar com determinação o racismo institucional e, sobretudo, dar visibilidade e concretude às políticas de proteção e inclusão social voltadas à população negra. Para que haja avanço consubstancial na política de promoção de igualdade racial, a Câmara Temática Políticas de Proteção Social elaborou recomendação sugerindo, dentre outras medidas: a implantação do Plano Estadual de Igualdade Racial; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a criação e instalação do Conselho dos Povos do Terreiro; que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) tenha um programa de enfrentamento à violência policial, à violência racial, especialmente contra a juventude negra; a inclusão de recorte racial nos dados estatísticos da SSP; o fortalecimento da política de segurança pública de territorialização (Territórios de Paz/ RS na Paz); a retomada do reconhecimento, demarcação e titulação imediata das terras das comunidades quilombolas; uma política educacional, de saúde e de geração de trabalho e renda voltada para as famílias quilombolas, a implementação do Plano Estadual de Saúde da População Negra; e aplicação da Lei 10.639, que incluiu a temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. (novembro 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/435

Valorização dos profissionais da Educação

O CDES-RS reafirmou, em notas de recomendação apresentadas ao governador ao longo dos anos de 2011 e 2012, que o Estado do Rio Grande do Sul deva ter como objetivos prioritários: manter a educação no centro do debate da sociedade gaúcha promovendo a auto-estima dos profissionais da educação através de investimentos, da realização de concursos públicos e qualificação permanente de recursos humanos; a criação de uma política de Estado para a valorização do Professor e dos Trabalhadores em Educação e o cumprimento do Piso Salarial do Magistério. (setembro 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/287

Aprimoramento do Pacto Gaúcho pela Educação

Para acompanhamento e aprimoramento do Pacto Gaúcho pela Educação, a Câmara Temática Educação encaminhou ao governador uma recomendação, contendo, dentre outras sugestões: o desenvolvimento de uma política de formação voltada às necessidades dos jovens agricultores familiares com as vagas oferecidas pelo Pacto Gaúcho pela Educação e Prouni-RS; desenvolver parceria com o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) para o aproveitamento dos Laboratórios; estabelecer parceria com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) para divulgar o Prouni-RS e o Pacto Gaúcho pela Educação entre os municípios, contribuindo para a adesão aos cursos ofertados; realizar um diagnóstico aprofundado das necessidades locais para a qualificação e formação, apontando os cursos prioritários para cada região; ampliar as vagas para alunos bolsistas da rede privada; elaborar um plano de ação para aprofundar a metodologia de implantação e monitoramento do Programa; adoção de uma Carteira para o aluno do Pacto Gaúcho pela Educação para acompanhamento de desempenho. (junho 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/935

Camila Hermes

Desafios do desenvolvimento rural gaúcho

A Câmara Temática Economias do Campo recomendou ao governador do Estado um conjunto de propostas, das quais se destacam: contribuições ao programa de financiamento ao produtor para extensão de linhas de distribuição de energia bifásicas e trifásicas; recomendação sobre a Diversificação das Áreas de Fumicultura apresentada ao Plano Safra 2012/2013; a criação de políticas voltadas à permanência dos jovens no campo; política permanente de capacitação de agricultores e assistência técnica para o aprimoramento técnico e produtivo; incentivo para produção de suco de uva e de sucos orgânicos; articulação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para criação de programa de participação em investimentos de cooperativas; intensificação das políticas públicas voltadas às mulheres no campo; criação de uma Força Tarefa integrando Governo do Estado, Emater, órgãos de pesquisa estaduais e Universidades para transferência de conhecimento e de tecnologias para cooperativas, visando agregar valor à produção, com desenvolvimento de métodos e de novos produtos. (julho 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/290

Eduardo Seidl

Eduardo Seidl

Camila Domingues

Modais de Transporte

A Câmara Temática Infraestrutura e Logística teve como objetivo produzir e indicar diretrizes estratégicas voltadas à conservação, integração, modernização e qualificação do setor de infraestrutura e projetar as condições necessárias para garantir um novo ciclo de crescimento de curto, médio e longo prazo ao Estado. Diante da abrangência do tema e necessidade de celeridade e eficácia aos estudos, a Câmara dividiu-se em grupos de trabalhos. O GT Modais de Transporte elaborou um relatório de contribuições, contendo inúmeras recomendações relativas ao tema rodoviário, hidroviário, aeroviário e ferroviário, destacando-se: a promoção do transporte ferroviário e empenho para a implantação do projeto Ferrovia Norte-Sul; realizar a análise das empresas com vocação para uso de hidrovias e desenvolver um Plano de Uso e Ocupação de Solo; ampliação do aeroporto Salgado Filho; reestruturação e modernização do Daer; aplicação dos recursos arrecadados pelos pólos de pedágios comunitários no passivo potencial das obras em andamento; recuperação da política de Planejamento de Longo Prazo e instituição de políticas públicas que previnam a excessiva aglomeração de empresas em locais de alta densidade demográfica e potencial econômico consagrado, em função de riscos de agravamento de congestionamento de fluxos de transportes de pessoas e bens; a realização de estudos sobre a viabilidade financeira para que não faltem recursos para a conclusão das obras. (agosto 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/295

Maior gestão e regulação da saúde pelo Estado

A Câmara Temática Saúde encaminhou recomendação indicando ao governador que o Estado assuma um maior protagonismo na saúde. A câmara temática considera que deva haver mais condições para que a Secretaria Estadual da Saúde (SES) lidere a coordenação e controle dos processos e das políticas públicas em saúde; que é necessária inteligência assistencial na gestão da saúde, ou seja, a visão burocrática não deve se sobrepor à assistencial. Destacou que, hoje, o sistema de acesso tem barreiras para a entrada dos pacientes no sistema, não havendo inteligência administrativa para impedir as dificuldades de acesso ao SUS. Propôs como fundamentais as seguintes recomendações: a elaboração e execução do Plano Estadual de Saúde; a coordenação, ampliação e aprimoramento da gestão do SUS do Sistema Estadual de Regulação, pela Secretaria Estadual da Saúde; a ampliação gradual da regulação do Estado, com a utilização de verbas oriundas do próprio Estado e da União. A câmara temática recomendou, ainda, que o Governo assuma a centralidade do diálogo com a bancada gaúcha no Congresso Nacional para a definição das emendas parlamentares – individuais e coletivas – destinadas à saúde, possibilitando que os recursos não sejam alocados de forma aleatória pelos parlamentares, mas atendam organizadamente as necessidades do sistema. (setembro 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/306

Camila Domingues

Pacto pelo enfrentamento da violência contra a mulher

A necessidade de uma estratégia conjunta entre a sociedade civil e os poderes públicos gaúchos para o combate à violência contra a mulher foi objeto de consenso e recomendação durante reunião extraordinária do CDES-RS em setembro de 2012. O grupo propôs uma pactuação para engajar os diversos setores para coibir a violência contra a mulher, ampliar a rede de atendimento às vítimas, ações voltadas à eliminação de preconceitos no mercado de trabalho, à efetivação dos direitos da mulher no campo e na cidade, atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade e às mulheres encarceradas, entre outros temas. (outubro 2012)

Para conferir a recomendação na íntegra, acesse: http://cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/277

Camila Domingues

Diálogos CDES-RS ampliam debates com a sociedade

Ministros, secretários, prefeitos, Coredes, Associações de Municípios, lideranças setoriais e movimentos sociais integram as atividades

A consolidação do CDES-RS como espaço de diálogo para o desenvolvimento do Estado determinou a criação de mecanismos que ampliam a participação da comunidade nos temas tratados no Conselho. Além das instâncias iniciais - Câmaras Temáticas, Comitê Gestor e o Pleno -, foram criados os Diálogos CDES-RS.

São espaços de debates, temáticos ou regionais, abertos à participação da sociedade civil, onde se promovem a escuta e a troca de idéias sobre temas relativos ao desenvolvimento econômico e social, buscando a concertação de opiniões dos diversos atores envolvidos e das diferentes esferas do poder público - municipal, estadual e federal. Desde 2011 foram realizados 16 diálogos temáticos e 12 regionais.

Os entraves no porto de Cachoeira do Sul, o novo modelo dos pedágios, a pobreza no meio rural, a formação de um Conselho de Comunicação, as iniciativas necessárias para apoiar as Tecnologias de Informação, o Programa de Sustentabilidade do Estado, ações para a segurança alimentar, ampliação do microcrédito, foram alguns dos temas tratados nos Diálogos CDES-RS.

Nos encontros realizados no interior do Estado, nos denominados Diálogos CDES-RS, o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e as Associações de Municípios são importantes parceiros na organização das demandas e na articulação da participação dos diferentes agentes da comunidade. As sugestões colhidas nas comunidades são sistematizadas e encaminhadas aos órgãos do Governo do Estado. As demandas são avaliadas com as diferentes secretarias, definindo medidas para resolver as questões apresentadas.

Diálogos Temáticos aprofundam análise dos assuntos

Carta de Concertação

Desenvolvimento, justiça social, sustentabilidade e participação são os quatro elementos norteadores da Primeira Carta de Concertação. Em 14 de abril foram debatidos "Os elementos estratégicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul" para a formatação do documento, que recebeu 25 contribuições. (14 de abril de 2011)

Novo modelo de pedágio do RS

Representantes do governo estadual, federal, da Assembleia Legislativa, entidades, movimentos e lideranças comunitárias reuniram para o debate 'Construindo um novo modelo de Gestão de Estradas no RS'. A partir das discussões, mais de 10 sugestões foram apresentadas à Câmara Temática Pedágios. (14 de maio de 2011)

Programa de Sustentabilidade Financeira

O Programa de Sustentabilidade do Estado foi detalhado aos conselheiros durante painel com a presença de vários secretários de Estado em atividade realizada no auditório do Centro Administrativo do Estado, resultando num conjunto de sugestões incorporadas pelo governo estadual. (17 de maio de 2011)

Plano Plurianual

A proposta do Plano Plurianual (PPA 2012/2015) foi debatida pelos conselheiros, que puderam enviar contribuições ao documento que estabelece, por setores e de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública Estadual pelo período de quatro anos: 2012-2015. A Secdes também acompanhou todos os debates do PPA Participativo, realizado nas nove Regiões Funcionais de Planejamento. (2 de junho de 2011)

Diagnóstico da Ciência e Tecnologia

Em 31 de agosto foi debatido o atual quadro da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico com palestras de especialistas da área. A atividade foi organizada com o intuito de expor ao governo e à sociedade civil um diagnóstico das necessidades e perspectivas desse tema em âmbito estadual. Integrar pesquisas científicas às necessidades do setor produtivo, maior estímulo à formação de profissionais da área de Tecnologia da Informação e priorização do setor como área estratégica para o desenvolvimento estão entre as constatações iniciais do debate. (31 de agosto de 2011)

Programas Setoriais e Matriz Tributária do RS

A estrutura tributária do Rio Grande do Sul e os 22 setores da economia gaúcha objeto da política industrial, em elaboração, foram apresentadas e debatidas com os conselheiros. Nesta oportunidade, os conselheiros tomaram conhecimento da atual carga tributária, do montante de incentivos econômico, além dos critérios que determinaram a eleição dos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. (3 de agosto de 2011)

Programa de Desenvolvimento para o RS

As medidas do governo estadual de estímulo ao setor produtivo, com foco nas potencialidades específicas do Rio Grande do Sul, foram apresentadas aos conselheiros pelo governador, antes de seguir para o Legislativo. Foram debatidos e receberam contribuições do CDES-RS: Novo Fundopem; Programa de Economia da Cooperação e Pró-Inovação. (8 de setembro de 2011)

Camila Domingues

Camila Domingues

Camila Domingues

Contribuições para o Conselho de Comunicação

Jornalistas, especialistas, estudantes, assessores de imprensa, professores, blogueiros, integrantes de movimentos sociais, representantes de entidades empresariais e de comunicação comunitária participaram do debate sobre a criação de um Conselho Estadual de Comunicação, proposto pela Câmara Temática Cultura e Comunicação. No encontro foram apresentadas propostas e prazo para recebimento de contribuições. (10 de outubro de 2011)

Cláudio Fachel

Extrema pobreza é mais rural do que urbana

"Desenvolvimento rural: o campo que queremos" foi o tema do debate realizado na Feira do Livro, onde foi debatido, junto com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o quadro de extrema pobreza de 2,87% da população gaúcha. São mais de 300 mil pessoas nesta situação, alvo do programa RS Mais Igual, dos quais, proporcionalmente, a população rural é a mais atingida. (1º de novembro de 2011)

Camila Domingues

Pesca tem atenção de Câmara Setorial

A pesca no Rio Grande do Sul começa a ser tratada como uma Câmara Setorial. Essa foi a deliberação principal do debate realizado em Rio Grande, ocasião em que foi criado um Grupo de Trabalho para cuidar das atividades do setor pesqueiro, que reúne cerca de 22 mil pescadores artesanais no RS e aproximadamente 30 mil piscicultores. (21 de novembro de 2011)

Sedac

Rio+20: Desenvolvimento com Sustentabilidade

Para abordar o tema "Rio+20 e Desenvolvimento Sustentável", os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e o CDES-RS promoveram, em Porto Alegre, debate para contribuir com sugestões ao Acordo Nacional para um Desenvolvimento Sustentável, firmado no âmbito do CDES e assinado por 75 instituições brasileiras, sugerindo diretrizes quanto ao posicionamento político e estratégico do Brasil na Conferência, assim como à adoção e cumprimento de metas. De acordo com os consensos expostos no documento, disseminar o comprometimento com uma nova lógica de desenvolvimento econômico depende de uma governança global multilateral e participativa, que tenha como eixo prioritário a educação, a participação e o controle social. (25 de janeiro de 2012)

Camila Domingues

Inovação e eficiência na gestão foram abordadas em palestra

"Modernização do Estado: Inovação e Eficiência de Gestão" foi o tema debatido por conselheiros, autoridades, gestores e diferentes organizações sociais com a presença do empresário Jorge Gerdau e a secretária da Administração e Recursos Humanos, Stela Farias, para reunir subsídios para a Câmara Temática Modernização do Estado. Gerdau resumiu o trabalho desenvolvido pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), órgão vinculado ao Conselho de Governo da Presidência da República, do qual é coordenador. Defendeu que tecnologias avançadas de gestão asseguram avanços sociais em diversas áreas, como educação, segurança e saúde. Para Gerdau, a globalização exige qualidade e produtividade; inovação e tecnologia; governança e sustentabilidade econômica, social e ambiental, além de cultural e política.

Stela Farias detalhou as iniciativas do Governo para a qualificação da gestão e destacou que a desordem estrutural acumulada exige um processo de médio e longo prazo para o seu restauro e listou as medidas em andamento para que isso ocorra no RS. (26 de março de 2012)

Cláudio Fachel

Caroline Biccochi

Caroline Biccochi

Diálogos Culturais sobre Plano Estadual de Cultura

Mais de 200 pessoas, entre artistas, agentes culturais, educadores, produtores e gestores, reuniram-se em Porto Alegre para fazer contribuições acerca do planejamento a longo prazo para o Plano Estadual de Cultura, iniciativa até então inédita no Rio Grande do Sul. A atividade denominada "Diálogos Culturais CDES-RS" foi organizada pelo CDES-RS e a Secretaria do Estado da Cultura, concluindo a série de eventos em todo o Estado, promovidos para assegurar a participação social no processo de construção do Plano. A universalização do acesso à arte, a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico e o aumento da capacidade de expressão são diretrizes do texto. Descentralização dos instrumentos de políticas culturais, intercâmbio de experiências e dispositivos para intensificar a participação social também foram abarcados pelo Plano Estadual da Cultura. (11 de julho de 2012)

Desenvolvimento rural é debatido com ministro Pepe Vargas

A atividade reuniu movimentos sociais e entidades vinculadas ao setor, trabalhadores, cooperativas, instituições de ensino, especialistas e as esferas estadual e federal de governo, para um amplo debate sobre a atual conjuntura, demandas e perspectivas da agropecuária gaúcha.
O governo estadual anunciou investimentos na melhoria da qualidade da energia no meio rural, demanda presente em várias regiões do Estado. A insuficiência energética tem inibido investimentos nas propriedades rurais.
Nesta atividade, os conselheiros integrantes da Câmara Economias do Campo entregaram um documento com as linhas estratégicas sobre o desenvolvimento rural gaúcho a partir dos consensos identificados nos diálogos do colegiado. O objetivo é que o documento oriente ações para que o RS ingresse num patamar de desenvolvimento sustentável, partindo da compreensão de que a agropecuária tem importância vital para a economia gaúcha.
Melhoria na qualidade da energia no meio rural, modernização dos serviços de infraestrutura, telefonia e inclusão digital; ações para o combate à estiagem a longo prazo; apoio à agricultura familiar, sucessão rural e reforma agrária integram o documento.
Qualificação e criação de dispositivos de informações sobre as atividades no campo e envolvimento de instituições de ensino; linhas de financiamento ao desenvolvimento de pequenas propriedades, assentamentos e comunidades tradicionais; incentivos à permanência do jovem no campo e fixação dos produtores rurais em seu meio são outras sugestões do grupo.

Política de Microcrédito para o Desenvolvimento do RS

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Programa Gaúcho de Microcrédito financiou R$ 100 milhões, e consiste no maior do país. Disponibiliza financiamentos entre R$ 100 e R$ 15 mil a empreendedores formais e informais, com taxas de juros de 0,64% ao mês e pagamento em até 24 vezes. Financia pequenas quantias a juros inferiores do mercado, para fomentar o empreendedorismo nas áreas de prestação de serviços, comércio, pequenas indústrias, além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Os recursos financeiros são oriundos do Banrisul e garantidos pelo Fundo de Apoio à Micro Empresa, ao Microprodutor Rural e Empresa de Pequeno Porte (Funamep).
Apresentar um balanço do programa e promover o debate e a escuta sobre os reflexos desta política para os empreendedores foram os objetivos da atividade, organizada pelo CDES-RS, Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe) e Banrisul, com apoio do Sebrae. O Diálogos CDES-RS ocorreu durante a 43ª Convenção Estadual Lojista, evento promovido anualmente pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS), consistindo no maior encontro gaúcho do varejo. (10 de outubro de 2012)

Políticas de igualdade racial com a ministra Luiza Bairros

As políticas do Governo do Estado para a efetivação dos direitos da população negra foram apresentadas durante um Diálogo CDES-RS com a participação do governador Tarso Genro e das ministras Luiza Bairros e Maria do Rosário. O encontro "Diálogos CDES-RS – Igualdade Racial" reuniu centenas de pessoas, no Palácio Piratini, entre conselheiros e ativistas ligados a movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil.
A ministra destacou a importância de criar um Sistema Nacional de Igualdade Racial, previsto pelo Estatuto da Igualdade Racial, a exemplo de outras áreas como Saúde, porque as ações precisam ter relações nos estados e municípios.
As ações voltadas à promoção da igualdade racial do Governo do Estado foram apresentadas pelos secretários das diferentes pastas do Executivo gaúcho envolvidas nas políticas. (23 de novembro de 2012)

Cláudio Fachel

Camila Domingues

Camila Domingues

Diálogos Regionais propõem desenvolvimento planejado

Foram realizados 12 Diálogos Regionais para acolher as necessidades dos municípios e promover ações articuladas de Governo: Cachoeira do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Campo Novo, Santiago, Santo Ângelo, Santa Rosa, Farroupilha, Vacaria, Osório, Três de Maio.

Demandas de Cachoeira do Sul têm ampla escuta no governo

Implementação de ensino superior público com a extensão de uma unidade da Universidade Federal de Santa Maria, apoio na criação e fortalecimento de agroindústrias para ampliação de empregos, crédito assistido para as microempresas, ações para estimular o jovem no meio rural, financiamento para habitação popular, programas de aproveitamento da água, projetos integrados de tratamento de resíduos sólidos e implementação do Porto de Cachoeira foram alguns dos pedidos apresentados no encontro realizado dia 28 de julho em Cachoeira do Sul. Lideranças de vários municípios da região estavam presentes, bem como 14 representantes de secretarias do governo. (28 de julho de 2011)

Pelotas: as oportunidades da Zona Sul

Aproveitar os investimentos no pólo naval, os novos empreendimento de energia eólica, a duplicação da rodovia entre Rio Grande e Pelotas, os investimentos em petróleo e gás, a implantação de novas indústrias e os investimentos, em reflorestamento, os programas setoriais nas economias tradicionais sincronizados entre esfera federal e estadual e a prioridade no desenvolvimento da Metade Sul pelo Governo do RS foram pautas em Pelotas, em 12 de setembro, reunindo participantes dos 22 municípios da Zona Sul. (12 de setembro de 2011)

Santa Cruz do Sul: A diversificação de cultura

Os programas e iniciativas à diversificação de culturas para os fumicultores foi o tema principal do encontro. O governo estadual criou um Grupo de Trabalho para melhor atender a esta demanda em todo o estado, seguindo a Convenção Quadro. (14 de setembro de 2011)

Campo Novo: Região Celeiro discute seus rumos

Desenvolvimento Sustentável de um Novo Celeiro" foi o tema do encontro que tratou de iniciativas nas áreas de agricultura, educação, saúde, infraestrutura, indústria, comércio e turismo com a presença do governo e sociedade. Em 23 de agosto, representantes do governo retornaram a Três Passos para entregar um relatório de ações do Governo do Estado para a região. (18 de janeiro de 2012)

Santiago: melhorias no Vale do Jaguari

O governo ouviu a comunidade e agilizou uma série de medidas. Reativou a Escola Rubem Lang, para possibilitar o retorno das atividades em 2013 oferecendo curso de Tecnólogo Florestal. Formação de consórcio para tratamento de resíduos sólidos; dez novos leitos na UTI adulto no Hospital de Santiago; R$ 200 mil para obras no Aeroporto de Santiago, paralisadas desde agosto de 2010; melhorias na RS 377 e financiamento de R$ 2 milhões para a prefeitura de Santiago investir em capeamento asfáltico de 11 vias urbanas; projetos de irrigação à agricultura familiar e recuperação do solo são outras ações do governo no território. (11 de abril de 2012)

Santo Ângelo: desenvolvimento das Missões em foco

No encontro reunindo lideranças regionais e o governo estadual, foram tratados os meios para fortalecer o desenvolvimento dos municípios a partir dos pedidos constantes em carta entregue pelos prefeitos missioneiros em audiência com o governador, em março. (10 de maio de 2012)

Santa Rosa: as novas hidrelétricas e a participação social

Para ouvir a comunidade sobre os reflexos e as oportunidades para as regiões que estão próximas das construções das hidrelétricas que serão erguidas pelo Governo Federal nos municípios de Garruchos e Alecrim, foi realizado um Diálogos CDES-RS. A partir do encontro, o governo estadual determinou a criação do Grupo de Trabalho Garabi-Panambi e um Fórum composto por 26 órgãos de governo e vários convidados, com a finalidade de elaborar o Plano de Desenvolvimento para a Região Noroeste e Missões.

Elaborar diagnóstico e estudos sobre as repercussões sociais e urbanas dos impactos gerados pelas construções das hidrelétricas, bem como as suas demandas sobre serviços públicos nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte, propondo investimentos públicos e privados estão entre as diretrizes. O planejamento de projetos estratégicos, como irrigação, fortalecimento das cadeias produtivas e de arranjos produtivos locais, infraestrutura e projetos sociais também são finalidades do debate. (11 de maio de 2012)

Farroupilha: plano de desenvolvimento para a Serra

Na atividade em Farroupilha, foi apresentado um relatório do governo sobre as recomendações da Câmara Temática da Região da Serra contento obras para apoio ao setor produtivo urbano e rural, infraestrutura, educação e saúde. Nele constam mais de R$ 1 milhão para apoiar os Arranjos Produtivos Locais, R$ 45 milhões para fortalecer a vitivinicultura, R$ 41,8 milhões para melhorar a qualidade da energia, mais de R$ 100 milhões para saneamento, 52 cursos de capacitação para o turismo - abrangendo mais de mil alunos, mais de R$ 4 milhões para o Microcrédito, R$ 1,6 milhão mensais para o Hospital Geral, anistia de 3.475 agricultores no Troca-Troca de Sementes.

A importância econômica e social da região da Serra Gaúcha e a força de sua base produtiva foram aspectos determinantes para a instalação da Câmara Temática Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais do CDES-RS. Instalada em 8 de abril de 2011, foi precedida de um Grupo de Trabalho criado em janeiro daquele ano e que preparou os dados para os trabalhos do colegiado, resultando em um relatório de sugestões ao governador que agora retornou à região para apresentar os encaminhamentos. (28 de junho de 2012)

Vacaria: estratégias para o desenvolvimento regional

Consolidar a cidade de Vacaria como um polo regional de desenvolvimento e de educação, fortalecendo suas principais vocações empreendedoras e constituir novos segmentos produtivos, como a agroindústria, foram algumas das sugestões debatidas no Diálogos CDES-RS. Professores, ambientalistas, urbanistas, comerciários, agricultores, empresários, prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias debateram quais as características e necessidades para promover o desenvolvimento da região dos Campos de Cima da Serra. Assuntos como infraestrutura, educação, políticas para as mulheres, saúde, incentivo ao empreendedorismo, ao turismo e apoio ao setor agroindustrial foram temas de manifestações. Entre as principais, está a de colocar Vacaria no mapa dos investimentos do Estado para atração de novos empreendimentos devido a características privilegiadas, como estradas de escoamento, linhas férreas e,

Camila Domingues

em breve, o aeroporto. O Governo do Estado previu R$ 28,4 milhões para a região Campos de Cima da Serra, em 2012. Entre as obras previstas está a pavimentação dos acessos aos municípios de Esmeralda, Pinhal da Serra e André da Rocha, além da pavimentação da ERS/020, entre Cambará do Sul e São José dos Ausentes.

No caso do aeroporto, o Governo entrará com 30% dos recursos, totalizando mais de R$ 1 milhão para a construção do estacionamento. Os 70% restantes são recursos do Governo Federal. A Agência Nacional de Aviação Comercial (Anac) liberou a pista, na semana anterior aos Diálogos, motivo de comemoração da região que aguarda os desdobramentos burocráticos para início das obras. A licitação do novo terminal de passageiros está sendo aberto pelo Estado e também a licitação para o acesso ao aeroporto estimado em R$ 600 mil.

Osório: potencial eólico e as oportunidades do litoral

Para debater o desenvolvimento do Litoral Norte e a produção de energia eólica na região, a atividade contou com a presença do governador do Estado, Tarso Genro, e foi marcada pela assinatura do contrato de parceria entre o Grupo CEEE e o grupo espanhol Elecnor, representando o investimento de R$ 81 milhões nos complexos eólicos gaúchos. Potencialidades e entraves para o desenvolvimento sustentável regional foram apresentadas no encontro, que reuniu lideranças empresariais, investidores, trabalhadores representantes de diversos segmentos econômicos, prefeitos e autoridades dos municípios do Litoral Norte, no Parque Eólico de Osório. Com base nos temas debatidos no encontro, um relatório com as diretrizes apontadas nos consensos será elaborado para orientar a estratégia do executivo estadual em relação ao desenvolvimento da região. Entre os temas abordados, estiveram demandas em relação à saúde pública, segurança, proteção social, fomento ao turismo, promoção da agricultura familiar local e incentivo à pesquisa tecnológica voltada à utilização de energia eólica, e outros elementos vinculados ao crescimento da região. (22 de agosto de 2012)

Três Passos: Governo apresenta encaminhamentos para a região Celeiro

Em 23 de agosto, representantes do governo retornaram a Três Passos para entregar um relatório de ações do governo do Estado para a região a partir das demandas de Campo Novo e debater o programa de Combate às Desigualdades Regionais. Entre as informações estão as obras em estradas, acessos municipais, viaturas e equipamentos para qualificar a segurança, recursos para microcrédito, apoio aos distritos industriais, reformas de escolas, apoio ao turismo, entre outras iniciativas. O orçamento do governo estadual para investimentos na região Celeiro é de R$ 34,7 milhões em 2012, beneficiando os 140 mil habitantes dos 21 municípios.

A atividade ocorreu no auditório da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) reunindo a comunidade e lideranças regionais para construir iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável e superar indicadores que promovem desigualdades entre as regiões do Estado.

Compõem a região Celeiro do RS os municípios de Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha. (18 de janeiro de 2012)

Novo Hamburgo: Estado e região debatem prioridades

Durante atividade realizada com secretários de Estado, prefeitos e lideranças da região do Vale dos Sinos, foram debatidas prioridades em áreas como desenvolvimento econômico, infraestrutura e mobilidade urbana, segurança e direitos humanos, inclusão social, eudcação e saúde, temas que já são foco do Conselho Deliberativo Metropolitano (ver tópico). Entre os temas estão a modernização do setor coureiro-calçadista pólos tecnológicos e turísticos; a ERS 010 e a 188; um novo aeroporto internacional; a recuperação do Rio dos Sinos; as políticas de combate à evasão e reprovação escolar; estruturação da rede de saúde entre os municípios. (19 de novembro de 2012)

Camila Domingues

A CULTURA DO DIÁLOGO MUDA A NOSSA VIDA

Conselheiros falam da experiência da primeira gestão

Alexandrino Alencar: "Uma das coisas extremamente importante do Conselhão é essa possibilidade do diálogo da sociedade com o governo. Tudo que isso possa trazer para a sociedade gaúcha, para a cultura do povo gaúcho é extremamente positivo".

Neuza Canabarro: "Em última instância o Conselhão veio para agregar, para trazer aquilo que está pensando a população, os segmentos sociais e as entidades tanto representativas como com experiências nas áreas que estão assentadas no Conselho".

Claudir Nespolo: "O nosso Conselhão ele tem um papel fundamental de ser uma ponte entre as divergências que existem no Estado do Rio Grande do Sul, um ponto de encontro importante aonde as partes têm a oportunidade de examinar os assuntos, normalmente assuntos de conflito e buscar consensos. Portanto contribui decisivamente com a cultura do diálogo, o que é sinônimo de sociedades modernas, civilizadas e todos nós 'peleamos' por isso".

Jacques Alfonsin: "Ernani Maria Fiori dizia que o diálogo não é uma hipótese, o diálogo é a própria construção da história. Portanto, eu agradeço a chance que está me sendo dada de falar sobre esse diálogo porque levamos a esperança de ele realmente contribua para as políticas públicas do Estado e para o bem estar da nossa população".

Nadine Anflor: "O Conselhão veio justamente trazer uma nova cultura de diálogo ao Estado do Rio Grande do Sul, fazendo com que a sociedade converse mais e se engaje mais nas ações do governo. Isso é o que esperamos do Conselhão, principalmente nas questões de proteção social, em relação às crianças, as mulheres, aos idosos e a população LGBT. No início ouvimos que não daria certo, mas hoje o sucesso é uma unanimidade".

Ney Lazzari: "A cultura do diálogo implantada nesse processo do Conselhão, foi extremante importante para que nós conseguíssemos discutir vários pontos referentes ao ensino superior universitário no Rio Grande do Sul. E dessa forma nós achamos extremamente importante que esse tipo de interação do Governo do Estado com a sociedade continue a existir e se aprofunde cada vez mais".

Maria Berenice Dias: "O que a gente precisa é isso: diálogo. Com os diálogos é que se propõe o Conselho de Desenvolvimento. Acho que toda essa busca de visibilidade e reconhecimento de direitos depende disso. Estabelecer formas de diálogos, forma de diálogos com a comunidade, essa aproximação que é a única forma de se crescer e se desenvolver".

Leonardo Silveira: "O Conselhão ele é uma experiência que traz um grande ensinamento porque aqui a gente passa a maior parte do tempo escutando e é essa escuta que faz a gente ou ser convencido ou reafirmar as nossas convicções. É um novo tempo de diálogo para o Rio Grande do Sul e para o Brasil".

Frei Sérgio: "Uma sociedade que é capaz de dialogar, é capaz de fazer com que os diferentes aprendam entre si, é capaz de fazer com que as culturas se respeitem, se conheçam".

Eduardo Rolim de Oliveira: "Estes dois anos foram muito interessantes. Se criou no RS uma nova forma de diálogo social, com atores dos mais diversos setores. Espero que esta forma de condução do Estado se consolide nos próximos dois anos, com os novos conselheiros, ajudados pelos que vão continuar. No meu caso, destaco minha atuação nas Câmaras de Educação, que criou o Pacto Gaúcho pela Educação e na de CT&I, que além de um amplo diagnóstico do setor, traçou importantes diretrizes e recomendações, como por exemplo a meta de se atingir os 1,5% para a Fapergs em horizonte razoável de tempo. Muito fez o CDES-RS neste biênio e espero que isso continue!"

Rui Polidoro Pinto: "O único exemplo que eu chego é que essa conversa oportunizou o melhor conhecimento dos problemas substantivos do Estado, os encaminhamentos e até críticas em relação a algumas propostas. Portanto, nós somos do entendimento que esse tipo de reunião foi muito produtivo".

Athos Cordeiro: "Perfeito exercício de cidadania ao participar do CDES, onde a pluralidade das opiniões são discutidas e respeitadas, propiciando aprendizado ímpar. As sugestões têm sido levadas em conta pelo Executivo e os resultados são expressivos. Falo por ter participado com meu substituto de 10 câmaras temáticas . Experiência inesquecível!"

Mercedes Cánepa: "A conseqüência do diálogo que deve ser a tomada de decisões seja um dos elementos fundamentais que tornam o diálogo, a possibilidade de diálogo entre os diversos setores da sociedade, realmente uma inovação na forma como se dá a luta e a disputa política em qualquer situação".

Georgina Buckup: "Creio que esse Conselho tem contribuído muito para o diálogo e o melhoramento da população do Rio Grande do Sul na medida em que nós podemos dialogar e trocar ideias nesse Conselho. Uma experiência inovadora e muito benéfica para a população do Rio Grande do Sul".

Maria Alice Lahorgue: "Esse conjunto de pessoas dialogando com o próprio governo pode nos auxiliar em encontrar saídas. E tenho certeza que esse diálogo muda sim a nossa vida".

Celso Schröder: "O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que possibilitou um diálogo fecundo, complexo e produtivo inédito, como eu disse, nas relações de políticas desse estado".

Sandrali Bueno: "A importância disso para nós é que o Governo discuti, dialoga com o movimento social e isso nos dá a real dimensão da democracia participativa".

Dom Gíllio Felício: "Estou muito feliz por perceber tantos avanços na maneira de governo deste Estado. Tão grande, tão rico, tão plural".

Paulo Vellinho: "O tema diálogo é um tema apaixonante, porque o diálogo é a ferramenta mais importante que o homem possuí para buscar o entendimento. Buscando o entendimento, a gente com mais facilidade se organiza para gerar o desenvolvimento".

Ercy Pereira Torma: "Ao ser convidado manifestei a honra de poder participar de um colegiado com tamanha importância. Mas, também lembrei das dificuldades que certamente seriam enfrentadas na busca de consenso em temas de relevância para o desenvolvimento. No final do primeiro mandato do CDES-RS, podemos afirmar que as dúvidas porventura existentes foram superadas, permitindo que dezenas de contribuições pudessem ser encaminhadas ao Poder Executivo. Podemos lembrar, como exemplo, a sugestão apresentada pelo Comitê Gestor, , para o desenvolvimento de ações que promovam uma mudança cultural no Estado, estimulando a unidade, a união, e combatendo a dicotomia histórica vivida pelos rio-grandenses.

Tenho certeza de que muitos conselheiros superaram suas dúvidas sobre a efetiva importância do Conselhão no desenvolvimento do Estado, vencendo as divergências com mudanças de atitudes individuais e coletivas. Saudando o final do primeiro mandato do Conselhão, abraço a todos seus membros e reconheço o esforço que realizaram para vencer os obstáculos enfrentados pelo Estado".

Vitor Koch: "Conseguimos encaminhar vários pleitos que estão sendo trabalhados".

Franco Pallamolla: "O principal mérito do CDES é proporcionar aos conselheiros e conselheiras, e aos setores sociais por eles representados, uma visão ampla dos problemas da sociedade gaúcha e dos interesses que a movem. Nesta medida, a defesa dos distintos interesses setoriais ali representados tende, pela própria lógica do seu funcionamento, a buscar uma concertação com interesses alheios, superando divergências muitas vezes geradas pelo desconhecimento mútuo, e concentrando as oposições e dissensos em questões substantivas. Estas, por sua vez, poderão ser objetos de acordos que podem orientar as opções de governo, tornando-as mais legítimas. Para tanto, o compromisso e a experiência progressiva dos conselheiros e conselheiras são fatores chave, mas é a responsabilidade do Governo que constitui o fator decisivo para que ele se torne um avanço substantivo em nossa cultura política."

Giba Assis Brasil: "Construir consensos possíveis é o legado que deixamos".

Nilson Luiz May: "Aplaudimos a iniciativa de dar permanente atenção aos anseios da sociedade, de uma forma organizada e democrática como se dá no CDES-RS. Nossa participação, especificamente, teve como destaque a proposta da criação da Câmara Temática da Saúde, que foi devidamente acolhida, e na qual pudemos levar, entre outras propostas, a da criação de uma Central de Transplantes, mediante parceria público-privada, ideia à qual a Unimed se engaja, juntamente com seus médicos, rede de serviços próprios e também com o transporte aeromédico da Uniair".

Daniel Sebastiani: "Acredito que o trabalho desenvolvido nesses dois primeiros anos superou as expectativas. Diziam que Conselho substituiria a Assembleia e que seria um aparelho de manipulação do Governo, e isso não aconteceu".

Raul Gastão Klein: "A experiência de participar de instrumento de debate sobre os temas de relevância do Estado e da possibilidade de contribuir com sugestões para o encaminhamento e decisão do Governo Estadual, este na implementação de políticas públicas, constituiu na minha opinião prática que ampliou o processo democrático. Neste sentido, foi altamente gratificante, além de poder contribuir com questões e sugestões vinculadas ao segmento econômico de interesse direto, participar do tratamento de temas de relevância para toda a sociedade gaúcha".

Ronei Alberto Lauxen: "Na minha avaliação, o Conselho é um espaço absolutamente democrático, onde se consegue discutir as grandes questões do Estado, contando com a representatividade de todos os segmentos da sociedade. Apesar de ter sido o primeiro mandato do Conselho, acredito que conseguimos dar boas contribuições para o encaminhamento da concertação do Estado".

Pedro Revilion

Câmaras Temáticas: espaços de estudo e formulação

As Câmaras Temáticas são grupos de trabalho constituídos a partir de solicitação do governo ou por conselheiros e conselheiras, com o objetivo de aprofundar debates sobre diferentes assuntos.

Esses colegiados são compostos por conselheiros e representantes da Administração Pública Estadual, direta e indireta, além de especialistas convidados. Têm como objetivos realizar estudos e discussões, adotar posições sobre os temas definidos, sugerir e propor ações, notas e Relatórios de Concertação, que depois seguem para a aprovação do Pleno do Conselho.

Podem funcionar simultaneamente até 12 Câmaras Temáticas. Cada uma tem um assessor coordenador responsável por subsidiar os conselheiros e organizar o trabalho. São encerradas quando alcançam os fins a que se destinam. Os conselheiros podem se inscrever para integrar qualquer uma das Câmaras.

As dinâmicas do trabalho são definidas pela própria Câmara, que mantém pelo menos uma reunião mensal, intercalada com outras atividades.

A Câmara da Previdência, por exemplo, concluiu o objetivo a que se propôs no primeiro semestre de 2011 e foi reaberta com o mesmo nome, mas com outra finalidade no segundo semestre. A Câmara Pacto Gaúcho pela Educação também cumpriu seu objetivo no primeiro semestre e outra Câmara sobre educação foi reaberta para tratar da qualidade do ensino. A Câmara Proteção Social incluiu a saúde em seus debates, tema que depois teve uma Câmara específica.

Em 26 de dezembro de 2012, o Governador Tarso Genro recebeu das mãos dos conselheiros o resultado do trabalho das 11 câmaras temáticas que estiveram em funcionamento no ano. A atividade foi a última da gestão 2011/2012.

Nos relatórios constam sugestões dos conselheiros de quais Câmaras devem continuar seus debates no próximo ano, como é o caso da Saúde, Educação e Copa. Os relatórios contêm um resumo de todos os debates e reuniões realizados e as recomendações dos conselheiros e conselheiras ao Governo do Estado.

Os colegiados realizaram mais de 70 reuniões ao longo de 2012 com nove recomendações encaminhadas, além de sete Diálogos Temáticos sobre segurança alimentar, Rio+20, modernização do Estado, plano de cultura, desafios do desenvolvimento rural, política de microcrédito e igualdade racial.

Câmaras que funcionaram na gestão 2011/2012

Cadeia produtiva do setor Coureiro-Calçadista
Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
Copa 2014
Cultura e Comunicação
Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais
Desenvolvimento da Região Metropolitana
Economias do Campo
Educação
Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético
Infraestrutura e Logística
Modernização do Estado
Pacto Gaúcho pela Educação
Pedágios
Piso Regional
Previdência
Proteção Social
Saúde

Nas páginas a seguir podem ser conferidos os resultados de cada uma.

Alina Souza

Pacto gaúcho pela educação profissionalizante, técnica e tecnológica

Mais de 60 mil vagas oferecidas em diferentes cursos para promover o conhecimento e a qualificação

Melhorar a qualidade da educação, capacitar professores e aproximar o ensino superior e tecnológico das necessidades do modelo de desenvolvimento foram alguns dos objetivos da Câmara Temática Pacto Gaúcho pela Educação, que realizou seus debates a partir de 6 de abril e foi concluída em 7 de julho de 2011, com a entrega do Relatório de Concertação para o Governo do Estado.

O Governo Estadual acolheu as recomendações constantes no Relatório de Concertação e, em agosto, lançou o Pacto Gaúcho pela Educação Profissio-

Camila Domingues

Cláudio Fachel

Pedro Revilion

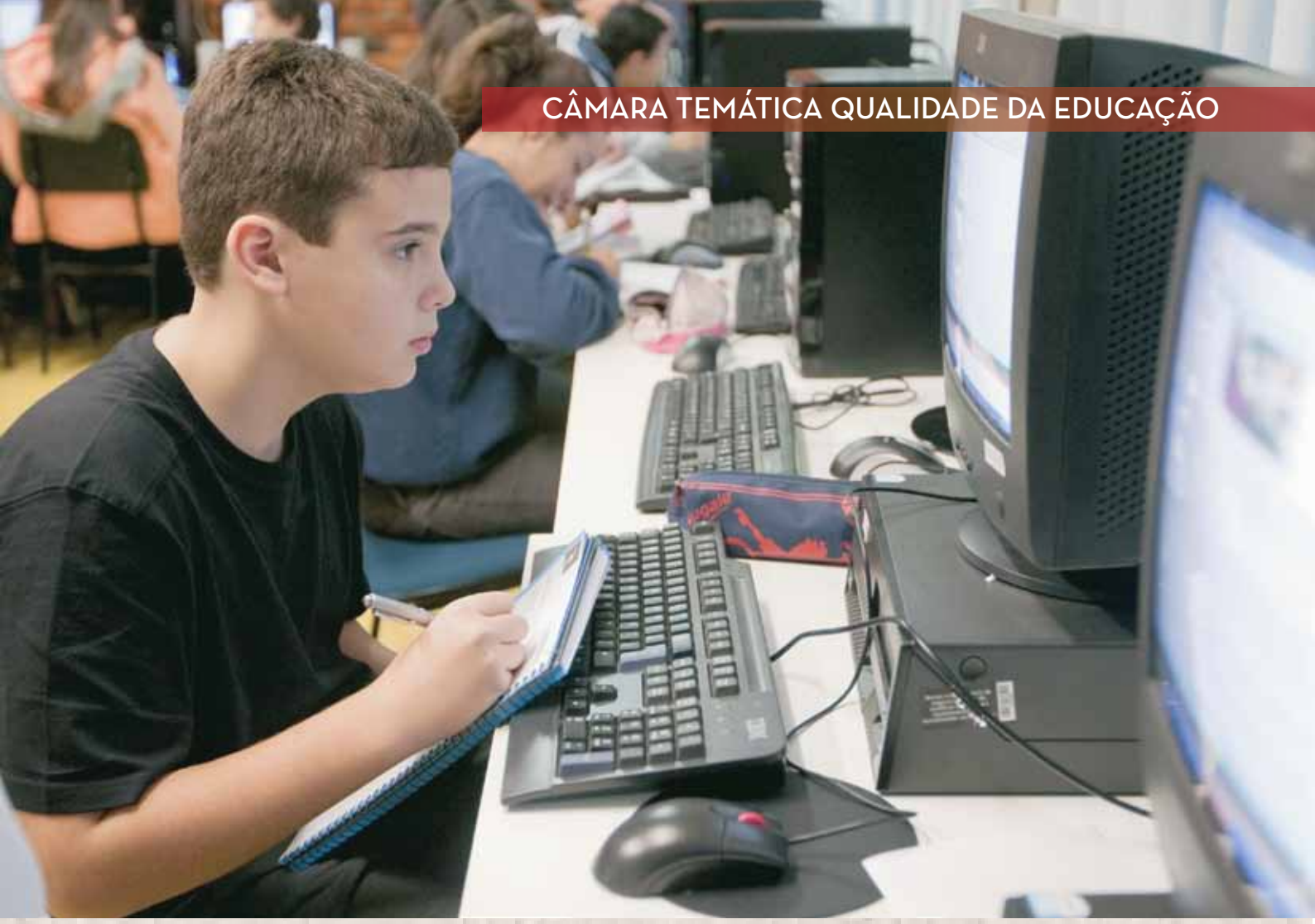
nalizante, Técnica e Tecnológica para contribuir na elaboração, proposição e execução de políticas públicas voltadas à promoção do conhecimento, pesquisa e qualificação profissional de professores de nível superior e servidores públicos estaduais em diferentes instâncias do poder público. Também é direcionado a alunos do ensino médio e profissionalizante e à capacitação de trabalhadores para o setor produtivo gaúcho.

O governo solicitou que os conselheiros fizessem o acompanhamento e monitoramento das ações, ressaltando a importância das críticas e sugestões do Conselho para os projetos, como forma de aperfeiçoar as iniciativas governamentais.

Em abril de 2012, a Câmara Temática Qualidade da Educação passou a acompanhar e contribuir no seu aperfeiçoamento. O Comitê Gestor do Pacto Gaúcho pela Educação entregou o balanço de um ano de implantação do Programa em dezembro. Os resultados indicam a superação de dificuldades iniciais e colocam o Rio Grande do Sul como o Estado da Federação com maior número de inscritos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Governo Federal. Foram mais de 31 mil matriculados nos cursos de formação inicial e continuada e mais de três mil vagas ofertadas nos cursos técnicos de nível médio.

Em fevereiro de 2012, foram previstas 63.656 vagas e, no decorrer do ano, foram ofertadas 67.949 vagas nos diversos programas. No final do mês de outubro, 83% das vagas haviam sido preenchidas, com previsão de ampliação deste índice até o final deste ano.

Após analisar o programa, os conselheiros sugeriram formação de parceria com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) para divulgar os cursos oferecidos no âmbito do Pacto Gaúcho pela Educação, assim como o Prouni-RS e a elaboração de diagnóstico e de plano de trabalho, com identificação das necessidades locais de qualificação e formação, com identificação de recursos e metodologia para monitoramento do programa.



Camila Domingues

Qualidade na educação concentra esforços

Sugestões contribuem no aperfeiçoamento das políticas públicas

A Câmara Temática Qualidade da Educação foi criada em 19 de outubro de 2011 e encerrada em dezembro de 2012, tendo por objetivo a elaboração de proposições voltadas à política educacional no Rio Grande do Sul, bem como o acompanhamento e monitoramento das políticas de valorização dos professores, dos trabalhadores da educação e da qualidade do ensino.

A câmara também assumiu o papel de acompanhamento dos programas de Governo, como a reestruturação do Ensino Médio, o Pacto Gaúcho pela Educação, a educação no campo e a valorização dos professores e trabalhadores da educação, com o objetivo de contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas de educação, tendo como horizonte a qualidade do ensino. Pela dimensão do tema, o grupo sugere a continuação dos trabalhos desta câmara na gestão sequente.

Recomendou o cumprimento do piso salarial dos professores, com a manutenção do Plano de Carreira do Magistério, tendo como diretriz a busca de estratégias junto ao Governo Federal para financiar o impacto sobre as finanças públicas do Estado, em especial, a renegociação da dívida do Estado com a União.

Atenção da política educacional à consolidação dos direitos dos negros, quilombolas, mulheres, LGBT, índios e juventude; adoção da Educação Física como prática pedagógica, visando a saúde física e mental dos estudantes e sua associação às estratégias de prevenção da violência e da evasão escolar; e a inclusão de projetos de espaços poliesportivos no plano de reforma das escolas estaduais, contemplando, além dos esportes tradicionais, outras modalidades, como atletismo e ginástica, foram sugestões encaminhadas ao governo.

Camila Domingues

Os representantes da Secretaria da Educação (Seduc) compareceram a todas as reuniões do colegiado para prestar as informações necessárias e detalhar as ações para cada área de ensino. Sobre a reestruturação do Ensino Médio, quatro eixos orientam a mudança: recuperação física da rede e modernização tecnológica; reestruturação curricular e formação continuada; qualificação e democratização da gestão e valorização profissional.

Eduardo Seidl

Conselheiros acompanham as ações do governo

O governo também informou aos conselheiros que investe em quatro grandes frentes: obras escolares, valorização profissionais dos educadores, reestruturação do currículo e implantação do sistema de avaliação do ensino.

Todas as iniciativas do programa Mais Educação durante a primeira gestão do CDES-RS foram informadas:

obras concluídas em 110 escolas; 11 obras iniciadas em 2010 e 2011 , finalizadas em 2012, com investimento de R$ 15,6 milhões; realizadas 831 obras em escolas, totalizando R$ 102 milhões investidos; 323 obras emergenciais em escola no valor de R$ 54 milhões. Até 2014, 1.028 escolas reestruturadas com laboratórios, bibliotecas, ginásio e quadras poliesportivas.

Nomeados 5,5 mil professores. Em abril 2012 realizado concurso para 10 mil professores primeiros desde 2005;

- até 2014, o reajuste de 79.7% o maior em dez anos com investimento de R$ 2,5 bilhões, sendo o maior reajuste da década, a média salarial 40 horas de 2,767,81 (2011) vai para R$ 4.885,19 (2014).

Seis mil computadores para 800 escolas; 9.340 computadores portáteis para alunos e professores no programa Um Computador por Aluno.

Pré-vestibular gratuito para estudantes de escolas públicas de baixa renda em 18 municípios.

Marcela Santos

Eduardo Seidl

Novo modelo de gestão de estradas é orientado pelo debate público

Diante da insatisfação da população com os contratos de pedágios em vigor desde 1998, os conselheiros formularam diretrizes para mudar o sistema

Por unanimidade, os integrantes da Câmara Temática Pedágios aprovaram, em 26 de outubro de 2011, o Relatório de Concertação entregue ao Governo do Estado durante a última reunião de 2011 do Pleno do Conselho, realizada em 1º de dezembro, que orientou as ações do Executivo sobre o assunto.

Do total da malha rodoviária gaúcha de 155 mil km, 2700 km são pedagiados. Entre os itens aprovados estão a não renovação dos contratos atuais, modelos adaptados a cada caso, extinção de praças em perímetros urbanos, mecanismos de transparência e fiscalização permanente. Do total da malha rodoviária gaúcha de 155 mil km 2700 km são pedagiados.

Diante da insatisfação da população com o modelo implementado em 1998, com término previsto para 2013, um amplo diálogo foi realizado desde abril de 2011 com a sociedade, colhendo estudos, opiniões e contribuições para garantir estradas de qualidade, mobilidade social e escoamento da produção.

Para formular as diretrizes estratégicas sobre o novo modelo, participaram conselheiros e conselheiras, entidades representativas e movimentos da sociedade civil e órgãos governamentais. Também foram ouvidos representantes da concessionária Univias, que apresentaram sugestões ao tema após a aprovação do relatório no colegiado.

Cláudio Fachel

Alexandre Vitorim

Eduardo Seidl

Conclusões e recomendações

- As atuais concessões estabelecidas através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias – PECR – não devem ser renovadas e um novo modelo de financiamento rodoviário no Rio Grande do Sul irá vigorar a partir do encerramento dos atuais contratos, em 2013. O Governo Estadual deverá notificar as atuais concessionárias do fato, bem como buscar pactuar com a União a forma mais adequada para a gestão qualificada destas rodovias.
- Esgotadas todas as instâncias tributárias, o modelo de financiamento de infraestrutura rodoviária não será único e utilizará, mediante concessões públicas ou privadas, as diferentes modelagens previstas na legislação.
- Esgotadas as possibilidades de financiamento da infraestrutura rodoviária via recursos próprios do Estado, investimentos federais e financiamentos externos, poderão ser adotados diferentes modelos de pedagiamento, tendo por base o instituto da concessão, da parceria público-privada ou do instituto de pedágio público administrado diretamente pelo Estado, conforme necessidade dos projetos, a melhor alternativa definida por Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental – EVTEA – e impacto social, levando em consideração a realidade e a necessidade de cada região, bem como o interesse geral do estado. No caso de concessões à iniciativa privada, deverão ser realizados certames licitatórios independentes para cada projeto.
- Os EVTEAs e estudos sobre o impacto social devem ser contratados pelo Governo do Estado no ano de 2012.
- A avaliação das alternativas de Execução do Projeto Básico é requisito necessário para indicar a modalidade de execução que oferece maiores vantagens no emprego dos recursos públicos, para comprovar a conveniência da contratação dos investimentos pela modalidade indicada: Contrato de Serviço e Obras; Concessão Auto-Sustentada (pública ou privada); Concessão Patrocinada (Pedágio mais Subsídio Público).
- As demandas regionais deverão ser incluídas a partir de sua definição em audiências públicas onde se definam

limites aplicáveis e aceitáveis de tarifa, Taxa Interna de Retorno, investimentos, melhorias e operação, permitindo um modelo sustentável, de custo de capital compatível, adaptado e inserido na realidade regional e de mercado.

• A concessão dos serviços parte do princípio da necessidade dos investimentos em ampliação e modernização das rodovias, além de garantir os serviços de manutenção, conservação e atendimento ao usuário. Para tanto, o Governo Estadual deve proporcionar a realização de estudo detalhado sobre a atual situação das rodovias concedidas, eventuais desequilíbrios econômicos e financeiros e alternativa de modelos a serem adotados.

• Os atuais contratos do PECR preveem apenas a manutenção e conservação das rodovias, sem atender a possibilidade de sua ampliação e modernização.

O estudo a ser realizado pelo Governo Estadual, além de analisar a inclusão das demandas regionais definidas em audiências públicas, deverá analisar as condições atuais das rodovias concedidas, melhorias necessárias e eventuais ampliações de capacidade.

• O valor pago pelo usuário deve ser proporcional aos benefícios por ele recebidos, com limite da Taxa Interna de Retorno – TIR – definido quando da licitação e custos aos usuários inferiores aos praticados atualmente.

• Quando da concessão à iniciativa privada, haverá segurança nas relações contratuais, correta atribuição de riscos dos empreendimentos às partes, condições necessárias para garantir o equilíbrio contratual e a justa remuneração das empresas.

• O novo modelo deve prever a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública e controle social que garantam a sua plena transparência.

• Independentemente do modelo adotado, os projetos deverão conter equipe composta por veículo apropriado, motorista e profissionais da área da saúde, vinte e quatro horas por dia, para resgate e imediato atendimento pós-trauma das vítimas de acidentes de trânsito, visando a aumentar a possibilidade de salvamento e a diminuir o número de óbitos por ausência de socorro profissional.

• Formação de Grupo de Trabalho do Governo Estadual para a condução do processo que resultará no novo modelo a ser implementado a partir de 2013.

• Extinção de praças de pedágios localizadas em perímetros urbanos que dificultem o livre trânsito dos moradores, como é o caso da praça de Farroupilha, na Serra gaúcha.

Claudio Fachel

Eduardo Seidl

Camila Domingues

Controle público e participação

Seguindo as orientações do Conselho, o governo estadual notificou as concessionárias de que não renovaria os contratos e realizará Diálogos CDES-RS em todos os pólos de pedágio para ouvir a comunidade. O Executivo criou a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), anunciou a extinção da praça de Farroupilha e contratou estudo sobre a situação das estradas pedagiadas.

o Executivo apresentará sua proposta reunindo contribuições e avaliações dos usuários. A decisão do Governo do Estado sobre como será o novo modelo será baseada em critérios técnicos, políticos e democráticos. Nos Diálogos também serão apresentados os resultados dos estudos sobre atual situação da malha pedagiada. Com a migração de um sistema privado para um sistema público de pedágios o Governo estima reduzir o valor das tarifas em até 30%.

De acordo com estudo realizado pelo Consórcio Dynatest-SD Consultoria e Engenharia Ltda, as estradas pedagiadas do Rio Grande do Sul deveriam ter tarifas menores e apresentar melhor estado: os valores poderiam estar pelo menos 20% mais baratos e em cada trecho de 200 quilômetros, entre 30 e 40 quilômetros deveriam estar duplicados. Nos 910 quilômetros de estradas gaúchas que integram o Programa Estadual de Concessão Rodoviária, 30% dos trechos necessitam de reparos imediatos; 24% apresentam defeitos e precisam de consertos urgentes para evitar maior deterioração; 53% necessitarão de investimentos entre três e cinco anos e 8% do pavimento não tem vida útil.

O RS tem três modelos de gestão de estradas: o Programa Estadual de Concessão Rodoviária tem sete pólos e 27 praças:

- Vacaria (três praças de pedágio);
- Lajeado (cinco praças); Metropolitano (cinco praças);
- Gramado (três praças);
- Caxias do Sul (quatro praças);
- Santa Cruz do Sul (três praças);
- Carazinho (quatro praças).

Os Pedágios Comunitários estão nas Praças de Coxilha, na RS-135; Praça de Campo Bom, na RS- 239; Praça de Portão, na RS-240. Ainda, os Programas Federais, como o Pólo Rodoviário de Pelotas e BR-290, entre outros.

Camila Domingues

Conselho Deliberativo Metropolitano gerencia questões comuns à região

A Região Metropolitana de Porto Alegre conta com um arranjo intermunicipal de gestão articulada e um Gabinete de Governança Metropolitana que inspira outras regiões do país. Órgão foi proposto pelo Conselhão

A criação do Conselho Deliberativo Metropolitano (CDM) se deu a partir do pedido dos prefeitos da região e foi debatido no primeiro semestre de 2011 na Câmara Temática Desenvolvimento Metropolitano. Conselheiros, organizações municipais, especialistas em gestão urbana, empreendedores, movimentos sociais e prefeituras debateram o tema que resultou no Projeto de Lei Complementar 273/2011, aprovado pelo Legislativo gaúcho em 6 de dezembro de 2011, formalizando este novo arranjo institucional que representa a reconstrução de uma gestão articulada, inexistente desde o início da década de 1980. Foi o primeiro projeto formulado por conselheiros e aprovado pelo Legislativo.

O Governo instalou o CDM em 26 de março, em solenidade no Palácio Piratini, com o objetivo de articular estrategicamente a gestão dos municípios, visando ao desenvolvimento sustentável e integrado da área. Foi criado também o Gabinete de Governança Metropolitana (GGM), ligado à Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), que dá condições para seu funcionamento.

Além de sugerir a criação do órgão, os conselheiros também propuseram os eixos de uma agenda de desenvolvimento a serem tratados pelo CDM são: desenvolvimento territorial, infra-

estrutura e proteção ambiental, serviços públicos, governança metropolitana e cidadania. Em cada eixo, foram detalhadas ações que competem aos diferentes agentes públicos de forma articulada.

A instituição do CDM parte da concepção de que as particularidades de grandes metrópoles exigem tratamento especial e cooperado, envolvendo as três esferas de governo, com a participação efetiva da sociedade civil, principalmente em áreas como mobilidade urbana, habitação, infraestrutura, saúde, educação, entre outras.

De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística, a área concentra 40% da população, assim como 50% do PIB gaúchos. Um dos temas tratados por este novo colegiado foi a construção da RS-010. Por solicitação dos prefeitos, o governo estadual está reexaminando a possibilidade de executar a rodovia ajustando itens da parceria público privada prevista para a obra que deve desafogar o trânsito da região que sofre com congestionamentos.

Além das prefeituras dos 32 municípios que compõem a região e de representantes da sociedade civil, o CDM conta com a participação dos governos estadual e federal, que definem conjuntamente as diretrizes e ações de planejamento e gestão da Região. Realizar ações estratégicas conjuntas e potencializar saídas coletivas são atribuições do novo organismo.

Na RMPA estão localizados cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), com características metropolitanas e interações entre si: Centro-Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí e Paranhana-Encosta da Serra. Do ponto de vista econômico, a região é pólo de serviços e indústria, tem os mais fortes carregamentos em viagens entre suas localidades e as mais densas redes de transportes. Os municípios mantêm fortes correlações entre si em empregos, rede urbana, infraestruturas de comunicações, freqüência a universidades e centros de pesquisas, serviços de saúde.

Caco Argemi

Alexandre Miorim

A busca de um sistema de previdência pública sustentável

Colegiado sugeriu iniciativas para reduzir o passivo e constituiu minuta de projeto de lei para regulamentar o Fundo de Capitalização

O sistema previdenciário dos servidores públicos do RS foi o tema da Câmara Temática Previdência Pública, proposta pelo governo e instalada em 13 de abril de 2011. O grupo atuou em duas fases. A primeira, entre 5 de maio e 19 de junho, analisou a proposta do governo inserida no Plano de Sustentabilidade Financeira.

A segunda fase ocorreu de 9 de agosto de 2001 até o final de 2012, etapa que trabalhou na regulamentação do Regime Próprio de Previdência do Rio Grande do Sul (RPPS) e especificações sobre o novo Fundo Previdenciário (Fundoprev), decorrente das Leis 13.757/11 e 13.758/11 que vigora desde 15 de julho e abrange os novos funcionários públicos ingressos a partir desta data.

O Fundoprev integra o regime de capitalização, onde os recursos de contribuição tanto dos servidores como do Estado vão para um fundo de previdência, a serem aplicados conforme a legislação federal. As alíquotas de contribuição são de 11%, cabendo aos funcionários e ao Estado o mesmo percentual. Em dezembro de 2012 foi enviada proposta de minuta de projeto de lei que regulamenta o Fundo de Capitalização,

com 70 artigos, dos quais 44 obtiveram consenso entre os conselheiros.

Nas duas etapas de trabalho, o grupo obteve inúmeras convergências. Uma delas é de que o tema siga em debate na próxima gestão 2013/2014 por não estar superado o déficit anual de aproximadamente R$ 6 bilhões referentes às atuais pensões que não foram adequadamente recolhidas dos servidores em décadas anteriores e que forçam o Estado a aportar 10 vezes mais que o valor aportado pelo servidor.

Os conselheiros constataram que o passivo previdenciário tem razões históricas e estruturais que não podem ser cobradas apenas de uma geração, mas solucionado de forma gradual. No passado não existia contribuição ou reservas para o futuro.

As propostas apresentadas pelo governo estancam o crescimento, mas o déficit seria zerado em 70 anos, após a implementação das medidas. As duas proposições do Executivo que previam aumento de alíquota, que diminuiriam levemente o déficit atual, aprovadas pelo Legislativo, foram suspensas pelo Judiciário.

Os conselheiros formaram um Grupo Técnico que resultou em avanços em relação ao atual disciplinamento do RPPS-RS. Contudo, nem todas as alterações apresentadas são consideradas viáveis de implantação, como, por exemplo, o capítulo que trata dos dependentes dos segurados, que causaria, se implementada, um maior desequilíbrio do sistema previdenciário gaúcho.

Camila Domingues

Cálculo atuarial

A questão atuarial tem sido uma das polêmicas permanentes no colegiado. Mesmo que anualmente o Ipergs apresente dados atuariais e encaminhe o Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (Draa) ao MPAS, elaborado a partir de atuário do próprio órgão, ocorrem manifestações de que os mesmos são insuficientes ou parciais. Para dirimir as dúvidas, foi contratado um estudo independente junto ao Banco do Brasil, a pedido da Secretaria da Fazenda e do Instituto de Previdência do Estado.

A consultoria concluiu o trabalho de avaliação do Fundoprev, apontando como alíquota total de equilíbrio o valor de 30,81%, resultando, portanto, uma alíquota de 15,41%, respectivamente, para o Estado e para os servidores. Apresentou novo estudo quanto ao Fundo Financeiro dos antigos servidores, tendo apurado um déficit atuarial de R$ 238,4 bilhões, com alíquota de 11%, e de R$ 232,1 bilhões, com a nova alíquota de 13,25%. A alíquota de equilíbrio do servidor do Fundo Financeiro resultou em 32,4%, pois a relação servidor/patronal é de um para dois.

Essa avaliação atuarial foi igualmente contestada por conta das premissas e parâmetros adotados no estudo, principalmente, pela taxa de crescimento salarial estimada e por utilizar o critério de estender o perfil dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro para o grupo vinculado ao Fundoprev.

Consensos

Ao longo dos debates o colegiado teve consenso sobre:
- a importância do governo tomar medidas para buscar uma solução estrutural para o crescente passivo que reduz a capacidade de investimento do Estado;
- manutenção da previdência pública;
- participação dos servidores na Gestão do Sistema;
- manutenção dos direitos adquiridos;
- o Estado é o agente garantidor do RPPS;
- regulamentar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- garantias de que os recursos do Fundoprev serão mantidos exclusivamente para o seu fim;
- repactuação da renúncia fiscal, com critérios de transparência e contrapartidas.

As posições não consensuadas, como a implantação de um Regime de Previdência Complementar e a desconformidade com o tema da regulamentação do Fundoprev e alterações consequentes seguiram como anexos do relatório final entregue no final de dezembro de 2012 ao governador.

Camila Domingues

Walter Fagundes

Alina Souza

Sugestões para a sustentabilidade financeira

O Governo do Estado solicitou que o Conselho e a sociedade sugiram medidas que possam promover o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade do Regime Próprio. Entre as alternativas estudadas pelos conselheiros para equacionamento do déficit previdenciário estão:

• Destinar recursos da venda de bens patrimoniais para a constituição de um Fundo Previdenciário de acordo com o previsto no art. 249 da Constituição Federal.
• Destinar o Imposto de Renda na Fonte, descontado dos servidores e que é receita estadual, como fonte para o pagamento dos benefícios previdenciários.
• Destinar o saldo da Receita Líquida da Cobrança da Dívida Ativa do Tesouro Estadual como fonte de receita para o Fundo de Pagamentos dos Benefícios Previdenciários.
• Dar melhor e maior efetividade ao mecanismo de compensação previdenciária junto ao Regime Geral de Previdência. Através do Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev), ingressam cerca de R$ 2,6 milhões mensalmente nos cofres estaduais, valor que pode duplicar.
• Criação de um imposto sobre as operações financeiras na internet. Igualmente, rever a questão dos "paraísos fiscais" em relação às operações com cartões de crédito e nas operações de outros serviços.
• Acompanhar os debates no Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração (Consad) e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que estão avaliando outras possibilidades de financiamento e de recursos a serem carreados aos RPPS, destacando-se os seguintes:
1. criação de uma Loteria Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal;
2. destinação de parte dos royalties do Pré-sal para custeio do sistema;
3. isenção da contribuição do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) sobre a folha de aposentados e pensionistas e tratamento idêntico ao Imposto de Renda aos recursos oriundos da cobrança do Pasep sobre a folha de ativos.
• Redução do comprometimento da Dívida Pública Estadual, carreando parcial ou totalmente estes recursos para o regime previdenciário.
• Realização de Auditoria da Dívida do Estado para com o Ipergs, de acordo com o art. 13 dos ADCT da Constituição Estadual.
• Auditoria do valor auferido com a contribuição de 2%, determinada pela chamada "Lei Britto", e computar como contribuição previdenciária.
• Auditoria dos valores aplicados no Fundo de Equilíbrio Previdenciário, instituído pela Lei nº 13.328/09, e computar como fonte de receita para pagamento dos benefícios previdenciários.
• Instituir um Regime Público de Previdência Complementar.

Camila Domingues

Proposta de Conselho Estadual de Comunicação Social é formulada com amplo debate

Conselheiros também recomendaram fortalecimento da Fundação Cultural Piratini e analisaram o Plano Estadual de Cultura

A Câmara Temática Cultura e Comunicação foi instalada em 26 de maio de 2011 e encerrada no final de 2012. Quatro eixos foram tratados: Políticas Públicas de Comunicação (Criação do Conselho Estadual de Comunicação); Sistema Público de Comunicação; Plano Estadual de Cultura; e Economia da Cultura. Encaminhou ainda quatro recomendações ao governador:

- Reestruturação e fortalecimento da Fundação Cultural Piratini: medida já acolhida pelo governo, com encaminhamento de contratação de pessoal, ampliação do orçamento e aprovação de concurso público, além de outras iniciativas.
- Garantia de recursos para permitir a migração da TVE para o sistema digital;
- Ampliação dos recursos orçamentários para a Secretaria Estadual da Cultura: medida já adotada a partir da inclusão de mais recursos no Plano Plurianual.
- Formulação da proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social.

Diálogo amplo

Em 2011, a Câmara Temática debateu a necessidade de criação do Conselho Estadual de Comunicação e, a partir das reuniões, promoveu um debate público por meio do Diálogos CDES-RS. Ao final do trabalho os conselheiros da câmara apresentaram as diretrizes da proposta de Conselho de Comunicação ao Pleno, em dezembro de 2011. Houve consenso sobre a necessidade de criação do órgão, su-

gerindo a formação de um Grupo de Trabalho específico sobre assunto.
Com base nas diretrizes do Conselhão, o Grupo de Trabalho foi implementado em 2012, para o qual foram convidados todos os segmentos da comunicação, e que durante seis encontros formalizou uma minuta de Projeto de Lei apresentada ao governador.
Para ampliar ainda mais as discussões sobre o tema, o Governo Estadual realizou ainda uma série de debates no Estado e promoveu uma consulta pública por meio do Gabinete Digital para colher as opiniões da população à proposta de Projeto de Lei .

Características e objetivos

O objetivo do órgão a ser criado será promover o debate com a sociedade sobre políticas públicas voltadas ao setor, visando a democratização e acesso à comunicação. Conforme o texto-base do projeto, o Conselho de Comunicação será uma instância pública de caráter independente, integrada por representantes da sociedade civil, poder público, profissionais, entidades privadas e comunitárias dos diversos segmentos que compõem o setor, com atuação voluntária e não remunerada. Será um órgão consultivo, de assessoramento e aconselhamento do poder Executivo estadual, para temas relacionados à comunicação social. A proposta reforça os princípios constitucionais da liberdade de expressão, livre opinião, liberdade de imprensa, direito à informação e direito à comunicação.

Camila Domingues

Camila Domingues

Plano Estadual de Cultura recebe contribuições

Os conselheiros da CT Cultura e Comunicação debateram e fizeram sugestões ao texto-base do Plano Estadual de Cultura, considerado instrumento fundamental para a atuação do Estado como indutor e promotor da cultura gaúcha. A universalização do acesso à arte, a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico e o aumento da capacidade de expressão são diretrizes do texto. Descentralização dos instrumentos de políticas culturais, intercâmbio de experiências e dispositivos para intensificar a participação social também são elementos abarcados pelo Plano Estadual da Cultura.
A importância do papel do Estado na promoção da cultura popular sul-rio-grandense foi o centro da convergência das manifestações das mais de 200 pessoas, entre artistas, agentes culturais, educadores, produtores e gestores que debateram na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, na atividade Diálogos Culturais CDES, atividade conjunta do Conselhão e a Secretaria do Estado da Cultura (Sedac), encerrando um ciclo de debates intitulados "Diálogos Culturais", realizados em várias regiões do Estado.
O Plano é produto de um intenso processo de discussão com a sociedade, de uma conferência estadual, e da formação de colegiados setoriais. Os 10 colegiados setoriais da cultura, vinculados à Sedac, entregaram relatórios com contribuições para os diversos componentes culturais. Artes Visuais; Audiovisual; Circo; Culturas Populares; Dança; Livro, Leitura e Literatura; Memória e Patrimônio; Museus; Música; e Teatro, foram segmentos representados na atividade manifestando suas impressões sobre o Plano o primeiro da história do Rio Grande do Sul.
Este debate coletivo buscou a consolidação do direito à cultura e da cultura como elemento do desenvolvimento econômico, humano e social de forma sustentável nas diferentes regiões. Está inserido na proposta de formar um Sistema Nacional de Cultura – e, consequentemente, sistemas estaduais e municipais, com diretrizes para delinear a política pública para o próximo decênio.
Em dois anos, o governo estadual destinou mais de R$ 18 milhões em incentivo fiscal a 194 projetos culturais em todo o RS. Além disso, o Estado aporta R$ 5 dos R$ 23 milhões necessários para a nova sede da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Camila Domingues

Propostas protegem o setor coureiro-calçadista

Segmento produtivo reúne mais de 130 mil trabalhadores e recebeu apoio do governo

Base da economia de diversos municípios gaúchos e gerador de mais de 130 mil postos de trabalho, o setor coureiro-calçadista é uma das mais importantes cadeias produtivas para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. O CDES-RS instalou, em 11 de maio de 2011, a Câmara Temática Cadeia Produtiva do Setor Coureiro-Calçadista, com o objetivo de aprofundar o debate e elaborar uma pauta com as principais medidas para restabelecer o desenvolvimento do setor, o aumento da produtividade e o fortalecimento das exportações.

Os conselheiros criaram três grupos de trabalho: prospecção das necessidades e medidas para capacitação de trabalhadores; inovação e agregação de valor; e equacionamento das políticas de competitividade.

O grupo concluiu os trabalhos no dia 7 de julho de 2011 e apresentou ao Governo do Estado o Relatório de Concertação, contendo propostas e recomendações dos conselheiros como alternativas para a superação dos problemas que envolvem o setor, em síntese:

a) a elaboração e implantação de um programa específico para o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista;

b) a criação de um plano de desenvolvimento científico e tecnológico, com incentivo ao conhecimento, à pesquisa e à inovação, inclusive com a reativação do Centro Integrado de Inovação em Design (CIID);

c) a criação de linhas de crédito para a busca de novas tecnologias e a elaboração de políticas que envolvam matéria fiscal e tributária;

d) a articulação com universidades, escolas e centros tecnológicos para criação de programas de desenvol-

Eduardo Seidl

vimento, formação e capacitação de trabalhadores.

Os conselheiros também pediram ao Governo Estadual que intercedesse junto à União, em defesa da competitividade setorial e estímulo à produção e exportação de manufaturados com valor agregado. Os conselheiros acreditam que fatores relacionados à guerra fiscal e ao câmbio causaram a migração de várias indústrias para outros estados e países, ocasionando a perda de pelo menos 40 mil postos de trabalho nos últimos dez anos.

Medidas de apoio

Camila Domingues

O governo estadual está atendendo às demandas do setor e anunciando medidas. Entre elas emitiu o decreto 49.293 em junho de 2012 regulamentando o ICMS incremental e permitindo a redução da carga de ICMS incremental para 3%.

A medida prevê que a adesão para a utilização do crédito fiscal presumido de ICMS concedido aos estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro seja feita pela Internet e estabelece, para o cálculo do ICMS base e incremental, a exclusão dos valores dos créditos fiscais recebidos por transferência e dos créditos fiscais transferidos.

Camila Domingues

Para garantir maior competitividade dos produtos gaúchos na 40ª Feira Internacional de Calçados, Artefatos de Couro e Acessórios de Moda (Couromoda), realizada de 14 a 17 de janeiro em São Paulo, concedeu benefício fiscal por tempo determinado ao setor: no período de fevereiro a maio de 2013 os fabricantes de calçados terão crédito presumido de 17% sobre o ICMS gerado nas operações para qualquer Estadobrasileiro.

Em valores reais, esse incentivo equivale a cerca de R$ 30 milhões. O segmento, apesar da concorrência internacional, tem demonstrado solidez: até o fim de 2011, por exemplo, 33% dos trabalhadores calçadistas atuavam no Rio Grande do Sul. Santa Catarina, que praticamente abriu mão de sua arrecadação nos últimos anos, detém apenas 2,4% dessa mão-de-obra.

Cláudio Fachel

Região busca reduzir desigualdades e garantir infraestrutura para a produção

Governo do Estado foi a região anunciar investimento superior a R$ 300 milhões em diferentes áreas

A importância econômica da região da Serra Gaúcha e a força de sua base produtiva foram aspectos determinantes para a instalação da Câmara Temática denominada Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais. Instalada em 8 de abril de 2011, foi precedida de um Grupo de Trabalho criado em janeiro daquele ano e que preparou os dados para os trabalhos do colegiado. No dia 7 de julho de 2011, o grupo apresentou ao Governo do Estado o Relatório de Concertação contendo propostas e recomendações (Veja a íntegra: www.cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/899).

O Governo do Estado voltou à região em julho de 2012 onde anunciou o atendimento de um grande número das sugestões. O Diálogos CDES realizado em Farroupilha, contou com a presença do governador, que anunciou a extinção da praça de Pedágio no município ao final do contrato de concessão em 2013, além de um conjunto de obras para apoio ao setor produtivo urbano e rural, infraestrutura, educação e saúde, totalizando mais de R$ 300 milhões.

Camila Domingues

No relatório entregue à comunidade, constam mais de R$ 1 milhão para apoiar os Arranjos Produtivos Locais, R$ 45 milhões para fortalecer a vitivinicultura, R$ 41,8 milhões para melhorar a qualidade da energia, mais de R$ 100 milhões para saneamento, 52 cursos de capacitação para o turismo - abrangendo mais de mil alunos, mais de R$ 4 milhões para o Microcrédito, R$ 1,6 milhão mensais para o Hospital Geral, anistia de 3.475 agricultores no Troca-Troca de Sementes.

Processo dialogado

A câmara temática trabalhou e apresentou ao Governo do Estado uma pauta com as principais medidas para reduzir as desigualdades entre os municípios serranos e fortalecer o crescimento sustentável. Dividiu o debate em cinco eixos temáticos principais: Educação e Desenvolvimento Tecnológico; Turismo, Meio Ambiente, Saúde e Habitação; Infraestrutura e Logística; Política de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais; e Políticas de Competitividade Setorial.

Os conselheiros destacaram três recomendações iniciais. A primeira é que as escolas de ensino profissionalizante de Caxias do Sul e Guaporé devem ser potencializadas através de parcerias entre Governo, universidades, empresas e sociedade organizada; as escolas devem oferecer cursos de capacitação profissional voltados às vocações regionais e integrados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), demandas atendidas pelo governo.

As outras duas recomendações dizem respeito ao processo de "desindustrialização", tema também encaminhado junto ao governo federal. Foi sugerida a constituição de uma mesma delimitação geográfica regional para todos os serviços prestados pelo Estado, como as coordenadorias regionais de Educação e Saúde – CREs e CRSs – e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), assunto em foco no governo.

Eduardo Seidl

Inovação como estratégia de desenvolvimento tecnológico

Política de TI é formulada pela secretaria do setor e a Câmara Temática para fortalecer segmento

A promoção da área de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico no Rio Grande do Sul exige maior integração entre academia, iniciativa privada e poderes públicos. Esse foi o consenso identificado pela câmara temática responsável pelos debates sobre a área no Conselhão, cujas atividades encerraram em outubro de 2012. Ao longo de mais de um ano de existência, o colegiado contribuiu para o aprimoramento e formulação de políticas de Tecnologia de Informação e ações no Estado, tratando o tema como fator fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o RS.

A câmara temática Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico foi instalada em junho de 2011, com o objetivo de estabelecer o debate sobre propostas que sejam indutoras de desenvolvimento social e econômico sustentável, elevando o Estado ao ritmo de crescimento nacional também neste setor. O grupo trabalhou em constante diálogo com a Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológi-

co (Scit), para contribuir com as políticas de apoio e fortalecimento do setor. Uma relação mais sistemática entre a produção científica e o empreendedorismo foi a principal recomendação dos integrantes do colegiado.
A partir de 2011 o governo ampliou os investimentos na área com iniciativas como o Programa RS Tecnópole, Programa Pró-Inovação, revitalização da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), entre outras. A verba aplicada em parques tecnológicos, incubadoras, indústria criativa, petróleo e gás, também vem sendo ampliada progressivamente. Em 2011 foram investidos R$ 15 milhões e, em 2012, os valores ficaram em torno de R$ 35 milhões.

Articulação de diferentes setores foi marca do trabalho

Camila Domingues

Cláudio Fachel

Eduardo Seidl

Entre as recomendações consensuadas, destacaram-se a necessidade de aumento progressivo dos investimentos ao setor; articulação entre as instituições de ciência e tecnologia, os atores do setor produtivo e os governos

A câmara temática realizou um amplo conjunto de atividades com a presença de conselheiros, membros dos governos estadual e federal, especialistas, empresários, academia e demais convidados. Dois Diálogos CDES-RS sobre o tema foram promovidos: "Os Rumos da Ciência e Tecnologia", em agosto de 2011, reunindo representantes de diversas entidades do setor; e outro com a participação do Secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota, em outubro do mesmo ano.
Para realizar diagnóstico mais preciso sobre a situação das instituições vinculadas ao setor no Estado, a câmara temática realizou pesquisa, com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), junto a diversas instituições estaduais vinculadas ao setor. Integrantes do colegiado também visitaram a sede da Braskem em Triunfo, com o objetivo de verificar experiência local de utilização de tecnologia a partir de matérias-primas oriundas de fontes renováveis.

Contribuições

Entre as recomendações consensuadas, destacaram-se a necessidade de aumento progressivo dos investimentos ao setor; articulação entre as instituições de ciência e tecnologia, os atores do setor produtivo e os governos; maior protagonismo do Governo do Estado como catalisador desse processo de aproximação; atenção às oportunidades geradas com as políticas federais, de modo a atrair ao RS os projetos desenvolvidos pelo Governo Federal. E a manutenção da transversalidade exercida pela Scit, articulando suas políticas com as demais secretarias de governo.

Destacam-se as seguintes sugestões específicas:
- Ampliação dos repasses de recursos à Fapergs, de forma progressiva, com o objetivo de atingir o percentual constitucional de 1,5% até 2018;
- Valorização do Programa RS Tecnópole;
- Articulação dos programas de ciência e tecnologia com as novas fronteiras produtivas, adequando a formação técnica às demandas nascentes de mercado;
- Apoio às incubadoras tecnológicas, fundamentais para geração de novos negócios que contribuam para fomentar a cultura do empreendedorismo e da inovação;
- Incentivo à indústria criativa no RS;
- Priorizar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas;
- Promover a articulação e alinhamento com as políticas federais de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação, incluindo Finep, CNPq e Capes;
- Criação de um Observatório de Ciência e Inovação;
- Popularização da ciência a partir da integração com escolas de ensino fundamental e médio, em especial as escolas técnicas e universidades.

Cláudio Fachel

Direitos humanos e enfrentamento às desigualdades são pautas permanentes

Políticas de promoção à igualdade racial e de gênero e mobilização pelo fim da violência contra a mulher são ações do colegiado

A Câmara Temática Proteção Social debateu as políticas voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos, à igualdade de gênero, raça e etnia, à segurança pública e à assistência social. Desde sua instalação em 28 de junho de 2011, realizou debates sobre seis grandes temas: políticas sobre drogas, saúde, LGBT, mulheres, segurança pública e igualdade racial. Pela diversidade de assuntos, e pela importância que ela adquire na reflexão e construção de alternativas de enfrentamento as desigualdades estruturais e proteção dos direitos das populações historicamente afetadas pela exclusão, discriminação e intolerâncias, os conselheiros encerraram o trabalho em dezembro de 2012 sugerindo que esta Câmara siga seus trabalhos na gestão 2013/2014.

Entre os encaminhamentos desta Câmara estão a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais; criação da Câmara Temática Saúde, a criação do Comitê Estadual do Povo de Terreiro através do Decreto 50.038, de 22 de janeiro de 2013, quatro Notas de Recomendação acerca das políticas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); "Pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas, pela afirmação da igualdade entre homens e mulheres"; "Políticas de Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial no RS" e sobre as políticas de segurança pública.

Conclusões e recomendações

Políticas públicas sobre drogas: para que a prevenção às drogas e a redução de riscos se tornem políticas públicas efetivas, devem-se qualificar os professores, aumentar o cuidado com os filhos dos dependentes; melhorar o preparo, a capacitação e a fiscalização das casas de recuperação; ampliar as medidas de enfrentamento ao abuso do álcool e à violência no trânsito; criar "portas de saída" e alternativas de reinserção social para dependentes, com a formulação de políticas sociais articuladas e inclusivas.

Políticas para LGBT e de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia:

Criar um Comitê Gestor de várias secretarias para tratar das políticas públicas para LGBT; capacitar os servidores públicos para atender ao público LGBT; presídios devem dispor de celas separadas para detentos e detentas da população LGBT; política permanente e articulada de enfrentamento à homofobia nas escolas e de respeito e valorização da diversidade.

Potencializar todas as ações do programa Rio Grande Sem Homofobia e criação do Centro de Referência LGBT.

Bruna Cabrera

Cláudio Fachel

Camila Hermes

Políticas para as mulheres

Todos os órgãos governamentais devem desenvolver políticas para as mulheres e as meninas e veicular campanhas com este conteúdo nos meios de comunicação incentivando as emissoras privadas a fazerem o mesmo;

Solicitar ao Judiciário Estadual a adesão ao Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e ampliar as varas especializadas no tema;

Ampliação dos núcleos de Defensoria Pública para o Atendimento às Mulheres;

Enfrentamento ao machismo e ao sexismo na escola, com a inclusão do tema da igualdade de gênero nos currículos escolares;

criar a "Rede de Proteção às Mulheres", integrando os municípios e incentivando-os que façam a sua parte, criando centros de referência e secretarias e/ou coordenadorias;

Realizar encontro com os novos prefeitos para firmar os compromissos para o enfrentamento à violência de gênero.

Promoção da igualdade racial

• Criação da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, como espaço de gestão centralizado;

• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Igualdade Racial;

• Em parceria com a União, reconhecimento, demarcação e titulação das terras das comunidades quilombolas;

• E uma política educacional e de geração de trabalho e renda voltada aos jovens quilombolas que estão deixando suas comunidades por falta de condições.

• Criação e instalação do Conselho dos Povos de Terreiro;

• A Secretaria de Segurança Pública deve ter um programa de enfrentamento à violência policial, à violência racial, especialmente contra a juventude negra, com garantia de recursos humanos e financeiros para sua efetivação;

• Inclusão de recorte racial nos dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública, garantindo uma base de dados capaz de informar os índices de violência contra a população negra;

• Realização de trabalho integrado entre as prefeituras municipais a fim de constituir equipes de saúde específicas para as famílias quilombolas, trabalhando no respeito e integração com os valores culturais;

• Aplicação da Lei 10.639 - que incluiu a temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Segurança será tema de Câmara Temática

As sugestões feitas para a segurança pública farão parte de Câmara Temática específica para o tema na próxima gestão. Representantes da Secretaria da Segurança Pública apresentaram as ações para o setor, entre as quais o aumento de 13% nos recursos em 2012 comparado com ano anterior, permitindo, entre outras coisas, a compra de um helicóptero e mais 211 viaturas. Os servidores da BM e PC tiveram reajustes em 2012 definidos com as categorias para reduzir as desigualdades salariais. Contratados 772 policiais civis e 2523 novos soldados em formação para atuar a partir de 2013. A Susepe investiu R$ 49 milhões na construção e reformas dos estabelecimentos prisionais e R$ 2,3 milhões em equipamentos, o que inclui renovação da frota, armamento e materiais administrativos. Da população prisional, 49% trabalham e 9,6% estudam. Foram abertas 2.102 vagas em Arroio dos Ratos, Montenegro, Charqueadas e Santa Maria.

Ações públicas são aprimoradas

Eduardo Seidl

Cláudio Fachel

Alexandre Miorim

As secretarias que atuam na área social participaram ativamente dos debates, apresentando as políticas, ações e resultados. Entre eles, o RS Mais igual, integrado ao Brasil Sem Miséria, busca reduzir os índices de pobreza extrema no Estado. Complementa em R$ 50 o valor repassado ao público do Bolsa Família atrelado à formação profissional. São 17 mil famílias que recebem o benefício. Na área da moradia, foram construídas 4.433 unidades habitacionais com investimento de R$ 11,5 milhões, e 10.525 famílias foram beneficiadas com regularização fundiárias.

Fortalecimento sócio econômico das Comunidades Quilombolas com incentivo a produção e geração de renda com: Projeto de apoio a organização e comercialização da produção; Projeto de infraestrutura social básica; projeto de revitalização dos recursos ambientais. Com investimentos de R$ 2.492,000,00. Inclusão de 1.502 famílias quilombolas no cartão emergência rural.

Mobilização para reduzir violência contra mulheres

"Basta de Violência contra a Mulher" foi o lema da caminhada promovida em setembro de 2012 no Parque da Redenção, em Porto Alegre, dando início a um conjunto de ações para reduzir as agressões e mortes e promover a igualdade de gênero. Foi divulgada uma carta de recomendação contendo sugestões ao governador, à sociedade, aos meios de comunicação, à Federação das Associações dos Municípios, Judiciário e aos candidatos de Porto Alegre que participaram da campanha eleitoral em 2012.

O Brasil é o sétimo país do mundo onde mais ocorrem assassinatos de mulheres. Seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica. Somente na última década, 43 mil delas foram assassinadas, 70% dessas mortes se deram dentro de casa. O machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como os principais fatores que contribuem para a violência e, segundo a ONU, a violência doméstica custa R$ 10,5% do PIB.

Em todo o ano de 2011 foram assassinadas 46 mulheres no Rio Grande do Sul. De janeiro a agosto, o número chegou a 50. Um diagnóstico realizado pela Secretaria de Segurança Pública nos primeiros cinco anos da Lei Maria da Penha (agosto de 2006 a agosto de 2011) apontou o assassinato de 327 mulheres, enquadrado como femicídio pela terminologia da nova lei. Foi divulgado amplamente a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, através do Escuta Lilás - Ligue 0800 5410803, que é o número de utilidade pública do Centro de Referência da Mulher do RS (CRM/RS), ligado à Secretaria de Políticas para Mulheres. O número 180 também pode ser acionado. Mais de dois mil atendimentos foram feitas pelo Escuta Lillás e capacitadas mais de cinco mil agentes multiplicadores no combate a violência doméstica.

Camila Domingues

Desenvolvimento rural com inclusão social orienta propostas

Temas como o esvaziamento do campo e envelhecimento da população rural, assistência técnica e inclusão digital foram assuntos que mereceram posicionamentos dos conselheiros e conselheiras

A Câmara Temática Economias do Campo trabalhou durante um ano e meio, realizando 11 reuniões, dois Diálogos CDES-RS e um Colóquio sobre Segurança Alimentar, e encaminhou duas Notas de Recomendação. Instalado em 30 de junho de 2011 e encerrado em dezembro de 2012, o grupo focou seus debates em quatro eixos: meio ambiente, desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico e tecnologias.

Entre as principais diretrizes apontadas pelo Conselho e acolhidas pelo Governo Estadual estão o aumento do orçamento para o setor, auxílio aos agricultores atingidos pela estiagem, melhoria na qualidade de energia e integração a todas as políticas federais. Temas como o esvaziamento do campo e envelhecimento da população rural, assistência técnica e inclusão digital foram assuntos que mereceram posicionamentos dos conselheiros e conselheiras.

Ainda na primeira reunião do colegiado, em meados de 2011, os conselheiros aprovaram a primeira Nota de Recomendação ao governador, sugerindo a ampliação do orçamento das duas secretarias voltadas ao segmento. No Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, foi concedido aumento de R$ 2,6 bilhões a essas duas pastas, representando um implemento de 73% sobre o valor apresentado no PPA anterior.

A segunda Nota de Recomendação foi entregue ao ministro do Desenvolvimento Rural, Pepe Vargas, e ao governador Tarso Genro em julho de 2012, durante o Diálogos CDES-RS que debateu os "Desafios para o Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul", contendo diretrizes para um projeto de desenvolvimento rural que busque o aumento de produção com sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e geração de renda no campo para fixar o homem na terra. Dados recentes do IBGE apontam que, so-

mente nos últimos 10 anos, 276 mil agricultores deixaram o setor agrário no RS. E ainda, conforme pesquisa da UFRGS, 54% dos rapazes e 74% das moças entrevistadas não pretendem ficar na atividade agrícola.

Entre as reivindicações apresentadas, está a agilização na infraestrutura dos assentamentos, especialmente nas estradas; aprimoramento de ações para estimular a permanência dos jovens no campo, como inclusão digital e educação; aprimoramento na assistência técnica e apoio no planejamento da produção; fortalecimento ao cooperativismo, entre outros. Durante o debate, os conselheiros chamaram a atenção para as especificidades da produção quilombola, indígena e camponesa, que se distinguem da agricultura familiar, demandando um olhar particular do Governo, sugestão acolhida pelo governador. A recomendação também orienta para políticas públicas específicas às mulheres, que representam 47,65% da população do campo no Estado, público com importante papel na manutenção do jovem no meio rural.

Na atividade, Pepe Vargas destacou o aumento de 400% nos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na última década, com investimento de R$ 3 bilhões para o RS, acentuou o avanço do Estado em políticas públicas referentes ao desenvolvimento rural, com a citação do Plano Safra-RS e do Susaf estadual, ambos lançados neste trimestre. "O trabalho que estamos desenvolvendo no RS serve de modelo para o resto do país", afirmou.

Cláudio Fachel

Cláudio Fachel

Segurança alimentar na pauta

Em parceria com o CDES da Presidência da República, o Conselhão gaúcho organizou, dia 24 de janeiro de 2012, o colóquio "A Importância da Sociedade Civil Nacional e Internacional para a Segurança Alimentar e Nutricional", em conferência com o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, e tratou como urgente o envolvimento da sociedade civil e do setor privado para a erradicação da fome e na integração à política de segurança alimentar.

O tema manteve-se na pauta e, em 25 de setembro, os conselheiros debateram a política de segurança alimentar e nutricional que está sendo desenvolvida em âmbito estadual, bem como as diretrizes que vêm sendo adotadas para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. A atividade contou com a presença de representantes do Governo Estadual, Governo Federal, Consea-RS e, ainda, os responsáveis pelo planejamento estratégico para assegurar o direito humano à alimentação adequada no Rio Grande do Sul, que tem 306 mil pessoas vivendo em extrema pobreza, dos quais 34% vivem no meio rural. Entre as sugestões apresentadas, está o acesso à água e prioridade para a produção de alimentos sadios, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno.

Eduardo Seidl

Programas para públicos específicos

Os integrantes da Câmara Temática Economias do Campo entregaram ao governador em julho de 2012 um pedido para que o público do campo denominado como camponês tenha um tratamento particular, sugestão acolhida pelo chefe do Executivo e que deve integrar o próximo Plano Safra estadual.

Estima-se que cerca de 200 mil famílias de agricultores gaúchos estejam enquadradas nesta modalidade e as equipes técnicas do governo estão estudando a identificação deste segmento e que iniciativas específicas podem abrange-los.

Anistia do Troca-troca e programa de irrigação

Para minorar os efeitos da estiagem, os conselheiros envolveram-se de perto com a Sala de Situação do governo que tratou da seca e garantiram o perdão das dívidas do Troca-Troca de Sementes para os municípios afetados pela estiagem. O governador atendeu a essa demanda imediatamente, o que representou a anistia de mais de R$ 30 milhões, beneficiando 215 mil produtores.

Em reunião extraordinária do Pleno no início de 2012, o governo também acolheu a proposta para um programa de irrigação, formatado conjuntamente com as secretarias da área, resultando no Mais Água, Mais Renda. Ao final de 2012, totalizavam 444 projetos para aquisição de máquinas e equipamentos e construção de açudes. Também foram desenvolvidos mais de cinco mil projetos de construção de cisternas, microaçudes e irrigação, com mais de quatro mil agricultores capacitados.

Contribuição ao Plano Safra Participativo

Em 7 de maio de 2012, a Câmara reuniu-se para conhecer os resultados do primeiro Plano Safra estadual 2011/2012 que, entre outros resultados, garantiu R$ 2,2 bilhões em crédito rural em operações financiados por instituições estaduais, e colher contribuições para o Plano Safra 2012/2013. Os conselheiros sugeriram a elaboração de um plano estadual de diversificação da produção e renda para municípios fumicultores, nos moldes do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está sendo discutido pelo Estado no GT da Fumicultura.

O setor primário no RS é responsável por mais de 10% do PIB. O Estado produz, entre outras coisas, 66% do arroz, metade do trigo e da uva colhidos e detém o maior rebanho ovino no país. É o quinto maior produtor de leite, com a maior produtividade do país, além de destacado produtor de aves e suínos.

Dos 441 mil estabelecimentos rurais gaúchos, 378 mil são dedicados à agricultura familiar. No Brasil, este segmento abrange 84% dos estabelecimentos rurais, sendo que 74% da mão de obra do campo estão empregadas neste tipo de atividade. A produção das pequenas propriedades atende a 70% do consumo interno e representa 28% das exportações. Esta produção da pequena propriedade é responsável por 27% do PIB gaúcho.

Claudio Fachel

Claudio Fachel

Aprimoramento do sistema público de saúde mobiliza conselheiros

A qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS e a destinação de 12% do orçamento à saúde concentraram atenção

Um dos temas que mais preocupam os gaúchos, a saúde pública foi pauta permanente no CDES-RS. Em junho de 2012, passou a ser debatida em uma câmara específica, instalada a partir de recomendação do Pleno do Conselhão. Entre as principais sugestões do colegiado, estiveram a necessidade de elaboração do Plano Estadual de Saúde, maior protagonismo do Governo do Estado na coordenação e no controle dos processos e políticas públicas voltadas à área e o cumprimento de, pelo menos, o mínimo constitucional para a saúde no Rio Grande do Sul.

Atendendo à recomendação dos conselheiros e cumprindo o programa de governo, o Rio Grande do Sul inicia o ano de 2013 com 12% dos recursos do orçamento estadual à saúde pública no Estado, conforme a emenda 29 da Constituição Federal.

Em sintonia com a política de saúde deliberada nas conferências nacional e estadual, a atenção básica mereceu destaque e foi transversalmente trabalhada.

Em outubro de 2012, o governador recebeu, no Palácio Piratini, integrantes da Câmara Temática Saúde, que lhe entregaram pessoalmente a Nota de Recomendação com as contribuições para o aprimoramento da gestão em saúde pública, consensuadas pelo grupo. Entre as diretrizes presentes no documento, constaram a neces-

sidade de ampliação do papel gestor do Executivo estadual em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), o estabelecimento de um sistema estadual de regulação e o aumento gradual da capacidade de regulação por parte do Executivo, utilizando novas verbas oriundas do próprio Estado e da União.

Antes da criação da câmara, os debates sobre saúde foram realizados pela Câmara Temática Proteção Social, em discussões pautadas em quatro eixos: acesso, financiamento, gestão e qualidade, aprofundadas no colegiado da saúde.

Um diagnóstico da saúde no RS; maior atenção às áreas de educação e de promoção em saúde, com a formação e capacitação de profissionais e a ação de conscientização e prevenção a doenças; investimentos em tecnologia da informação (TI) para otimizar o atendimento nos hospitais; ampliação do horário dos postos de saúde também foram propostos pelo grupo.

A necessidade de aumento do número de leitos hospitalares, aproveitando a rede de hospitais já instalada, considerando também os do interior e os filantrópicos; a crítica à "judicialização" da saúde; a criação de incentivos fiscais para a iniciativa privada ampliar o atendimento complementar ao SUS; uma melhor organização do Sistema, com o Estado definindo qual a política para a saúde a médio e longo prazo e o seu papel no Sistema; e questões referentes à saúde da população negra também foram aspectos debatidos no âmbito do CDES-RS.

Para o próximo período, a qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS e pelos prestadores de serviços de saúde suplementar e o Plano Estadual de Saúde deverão continuar sendo temas da Câmara Temática Saúde.

A exemplo do Pacto Gaúcho pela Educação, os conselheiros propuseram a criação do Pacto Gaúcho pela Saúde, envolvendo diferentes atores para soluções de curto, médio e longo prazo na área. O Pacto terá o propósito de consolidar a elaboração do Plano Estadual de Saúde, visando à garantia de uma política de saúde sistêmica, "de Estado", onde o governo estadual assuma o protagonismo da gestão e a regulação dos sistemas de saúde.

Cláudio Fachel

Prestação de contas da Secretaria Estadual da Saúde

A Secretaria de Saúde acompanhou os trabalhos da Câmara, informando e esclarecendo as ações da pasta. Entre elas, o cumprimento dos 12% do orçamento para a Saúde em 2013, três hospitais regionais em obras (Osório, Palmeira das Missões e Santa Maria); as 55 Upas que estarão em operação até 2014, das quais 12 em construção e várias em funcionamento, além das 158 novas ambulâncias do Serviço de Atendimento Médico de Urgência, atingindo 89% da população.

Camila Domingues

Infraestrutura para sedimentar o desenvolvimento

Colegiado debateu modais de transporte, transporte coletivo intermunicipal e água e saneamento

A Câmara Temática Infraestrutura e Logística foi constituída a partir de sugestões de conselheiros. Iniciou suas atividades em outubro de 2011, encerrando os trabalhos em dezembro de 2012.

Foi criada com o objetivo de produzir e indicar diretrizes estratégicas voltadas à ampliação, conservação, integração, modernização, qualificação da infraestrutura e busca de alternativas de financiamento do setor, com vistas a projetar as condições necessárias para garantir um novo ciclo de crescimento de curto, médio e longo prazo ao Rio Grande do Sul.

Os trabalhos foram divididos em três grupos: GT Modais de Transporte, GT Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros e GT Água e Saneamento. A partir dos debates promovidos, foram apresentadas diretrizes para o Plano Estadual de Saneamento e para o Plano Estadual de Infraestrutura e Logística.

Alina Souza

Eduardo Seid

Camila Domingues

Participação setorial

Foram realizadas aproximadamente 16 reuniões, que contaram com 35 representantes de 15 entidades, além de várias secretarias de governo que apresentaram os programas, projetos e ações em desenvolvimento. Ao final dos debates em cada grupo, foi elaborado um Relatório de Concertação. Entre as recomendações principais estão:

a) Critérios de contratação que demandem efetiva qualificação das empresas através de comprovação de capacidade técnico-operacional. Com vistas a tornar rápidos os procedimentos de contratação de serviços e obras, recomenda-se aos órgãos gestores de rodovias e saneamento, e as empresas por estes contratadas, a observância da legislação vigente, e das normas e diretrizes dos Órgãos de Controle, e de Defesa do Meio Ambiente na preparação de projetos, minutas de editais e procedimentos de licitação;

b) Realizar licitação das linhas intermunicipais;

c) Criar um Banco de Projetos: instituir, em caráter permanente, o Sistema de Planejamento Rodoviário Estadual, e com base no planejamento de médio e longo prazo contratar oportunamente os projetos respectivos segundo as prioridades indicadas. Assegurar a permanente preservação de todos os estudos e projetos, em algum momento contratados ou executados pelo Órgão Rodoviário, em Banco de Estudos e Projetos;

d) Assegurar o funcionamento regular de Conselho Rodoviário, com ampla representação dos diversos setores da sociedade, com capacidade de avaliar, propor e acompanhar os resultados das políticas, programas e desempenho do Órgão Rodoviário;

e) Dar início ao novo Programa Crema proposto pela Seinfra /Daer, além do programa de diagnóstico e restauração/recuperação de obras de arte especiais;

f) Defesa da Ferrovia Sul/Norte (Norte/Sul), para que a construção seja feita por lotes nos três Estados do Sul,

apoiando a deliberação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul);
g) Melhor aproveitamento do transporte fluvial e lacustre, navegação interior (Lagoa dos Patos); e
h) Incluir no tema da estruturação de políticas e ações da Seinfra, a proposta de um trabalho de zoneamento na Hidrovia, através de resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), para que as empresas possam fazer pleno uso das áreas com vocação industrial às margens das hidrovias, ao longo de toda extensão, ao mesmo tempo em que os recursos de compensação destes investimentos sejam aplicados nas áreas limítrofes e que tenham vocação ecológica.

Recuperação das rodovias e duplicação do volume de saneamento

As secretarias ligadas ao setor participaram, subsidiando o trabalho da Câmara e informando as ações do governo. Entre os informes dados está o Plano de Obras Rodoviárias que prevê R$ 2,6 bilhões para investimentos em estradas até o final de 2014. Somente em acessos municipais, o governo aplicará R$ 1,5 bilhão na construção de 1.590 quilômetros.
Em 2012, 12 acessos municipais foram concluídos e outros 31 em andamento, que compreendem 837 km de estradas asfaltadas; cinco estradas de ligação regional foram concluídas. O Governo concluirá pelo menos 77 acessos municipais em dois anos.
Cinco estradas de ligação regional foram pavimentadas e outras nove estão em construção. Duas duplicações em andamento: ERS-118 e ERS-734.
Estão previstos R$ 2,8 bilhões em saneamento e dobrar o índice de tratamento de esgotos, passando de 15% para 30%. O acesso aos serviços de saneamento básico foi considerado como uma das variáveis mais importantes para apuração e mensuração da qualidade de vida.

Eduardo Seidl

Camila Domingues

Waler Fagundes

Cláudio Fachel

Crescimento da indústria oceânica e autonomia energética pautaram debates

Diretrizes orientam para fortalecimento dos parques tecnológicos da região Sul e dos benefícios ao longo das hidrovias

A Câmara Temática Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético foi instalada em 20 de maio de 2011 e encerrada em dezembro de 2012. Foi instituída através da Lei 13.710/2011, que criou o Programa de Estruturação, Investimento, Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval (Pgpin), também denominado RS Indústria Oceânica. Já na primeira reunião de trabalho, os conselheiros sugeriram a inclusão do tema setor energético.

Entre as contribuições principais do colegiado para a área oceânica estão:

• Consolidação do Polo Naval do Jacuí sugerindo a formação profissional, geração de empregos, incentivo à produção; divulgação de informações socioambientais geradas nos licenciamentos dos empreendimentos do Polo Naval do Jacuí;

• Fortalecimento de Parques Tecnológicos na Região Sul (Oceantec/Furg) para gerar outras expectativas na região, que não seja exclusivamente dependente da indústria naval ;

• Criação de métodos de licenciamento permanente junto aos órgãos responsáveis pensando a hidrovia como um todo em termos ambientais, tornando mais eficazes e rápidos os procedimentos.

O RS Indústria Oceânica abrange o Polo Naval de Rio Grande, o Polo Naval de Jacuí e toda extensão da hidrovia que se estende entre Rio Grande, Porto Alegre e Santa Maria, e integra as indústrias metal-mecânica, eletrônica e de automação, além de diversas indústrias localizadas no Estado com potencialidade para participar da cadeia produtiva do petróleo e gás.

Entre os objetivos do Programa, destacam-se a ampliação da participação das empresas gaúchas na produção de insumos para Petrobras, resultando no adensamento da cadeia produtiva, e a consolidação do polo naval de Rio Grande e mais recentemente do

Pólo Naval de Jacuí. A participação da sociedade na gestão e avaliação do Programa está prevista em lei através da Câmara Temática Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor energético, no âmbito do CDES-RS. O papel da Câmara Temática estende-se à criação de diretrizes e metas ao RS Indústria Oceânica, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI).

A determinação do governo federal a partir de 2003 de que os navios sejam construídos no Brasil determinou o crescimento da indústria naval brasileira, um dos principais motivos da criação do Pgpin e da Câmara Temática.

Em 2007, a indústria naval foi inserida nos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a descoberta do Pré-sal, os investimentos do setor de petróleo e gás natural representavam 35,5% do PAC, mais de 10% do PIB nacional, implicando previsão de investimentos para o setor, na ordem de 122 bilhões de dólares (média anual de 25 bilhões de dólares) somente no período 2008-2012. Em 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um programa de encomendas de 146 navios de apoio marítimo, 40 navios-sonda (28 serão construídos no Brasil) e a necessidade da construção de 11 novas plataformas de petróleo.

No Rio Grande do Sul, os projetos em andamento no Polo Naval de Rio Grande são as Plataformas P-58, P-63, P-55 e os oito cascos de plataformas flutuantes de produção e descarga (FPSO, na sigla em inglês) para o Pré-sal. Estas plataformas estão sendo construídas para integrarem os projetos desenvolvidos no âmbito do pré-sal, localizados na Bacia de Santos.

O Polo Naval de Rio Grande conta, atualmente, com cinco empresas sistemistas que garantem os projetos offshore em andamento – Quip S/A, Ecovix, Estaleiro Wilson Sons, localizadas em Rio Grande, e a empresa Estaleiros Brasil (EBR), localizada em São José do Norte. Também no Rio Grande do Sul já é realidade o Polo Naval do Jacuí, localizado no município de Charqueadas (RS), onde serão construídos de seis a oito pacotes de módulos de compressão de gás, injeção de gás natural e CO2, com quatro módulos cada, totalizando de 24 a 32 módulos. Eles serão instalados a bordo das FPSO´s "replicantes", que integrarão a primeira leva de unidades de produção da Petrobras destinadas a atender a demanda do Polo Pré-sal da Bacia de Santos. A IESA Óleo e Gás, vencedora da licitação, será a responsável pela construção, com a entrega dos dois primeiros pacotes prevista para 2014.

Cláudio Fachel

Eduardo Seidl

Energia para o desenvolvimento sustentável

O abastecimento de energia foi considerado central para o desenvolvimento pela Câmara. O RS consome cerca de 5500 megawats, tendo disponíveis 6500 megawats, boa parte proveniente do sistema nacional. Os conselheiros realizaram um diagnóstico com a participação de todos os órgãos de energia do RS - CRM, CEEE, Sulgás -, além da Eletrosul e CGTEE, além de diferentes reuniões com agentes públicos responsáveis pelo assunto.

A câmara temática também recomendou ao governador do Estado que enviasse pedido ao Ministério de Minas e Energia, garantindo a ampliação do prazo para contribuição ao Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 de 1º de julho para dezembro de 2012.

Medidas de fortalecimento do setor eólico no RS também foram a pauta do colegiado, que realizou ainda reunião em 28 de julho de 2011, em Santana do Livramento, com empresas do setor e municípios interessados em sediar projetos. Entre as sugestões estão a criação de linhas de crédito específicas; Plano Diretor de Uso do Solo, com um plano ambiental específico; Declaração de Utilidade Pública (DUP) para os empreendimentos eólicos; qualificação profissional para atuar no setor e estímulo às concessionárias de energia do Estado para que adquiram um percentual da energia produzida pelos parques eólicos.

O potencial de ventos do RS assegura que o setor eólico seja uma importante matriz produtiva. O RS ficou em segundo lugar no país no número de projetos habilitados no leilão de energia eólica em agosto de 2012. Cinco municípios gaúchos foram contemplados com novos projetos e deverão gerar 600 megawatts (MW) de potência, volume suficiente para atender, por exemplo, a capital gaúcha.

O RS está recebendo um total de R$ 29,2 bilhões em investimentos, privados, sendo vários deles relativos à indústria oceânica na metade sul do Estado.

Camila Domingues

Qualidade da gestão pública é meta dos trabalhos

Otimização dos processos, eficiência, agilidade e sustentabilidade fiscal são fatores apontados para a reestruturação administrativa

Para tratar da qualificação da estrutura político-administrativa do Rio Grande do Sul, foi instalada no Conselhão, em outubro de 2011, a Câmara Temática Modernização do Estado. A otimização dos processos de trabalho, a reestruturação administrativa e a introdução de novas tecnologias de gestão foram temas trabalhados pelo colegiado. Entre as pautas, destacaram-se também discussões sobre a Dívida Pública, o Desenvolvimento Institucional e o financiamento do Estado.

Eficiência, agilidade, inclusão social, indução ao desenvolvimento, sustentabilidade fiscal e a melhoria das relações e das condições de trabalho dos servidores públicos estaduais estão entre as diretrizes presentes no Termo de Instalação da Câmara. Ao longo dos trabalhos, um diagnóstico com as deficiências e disfunções estruturais que reduzem a capacidade de suprimento das políticas públicas estaduais foi realizado, contando com a participação das secretarias de Administração e Recursos Humanos (Sarh); da Fazenda (Sefaz); da Casa Civil; da Assessoria Superior do Governador; do Planejamento, da Gestão e Participação Cidadã (Seplag); e da Secretaria Geral de Governo (SGG).

Recomendações

Em constante diálogo com as pastas de Governo, os conselheiros conheceram detalhes sobre as ações desempenhadas pelo Executivo para a modernização da estrutura do serviço público e à ampliação da capacidade de implantação de políticas. As ações voltadas à reestruturação dos procedimentos internos e para garantir mais agilidade aos processos administrativos foram avaliadas pelos integrantes da câmara, que fizeram contribuições.

As recomendações do colegiado dividiram-se em dois eixos, que constam do Relatório de Concertação entregue ao governador. O primeiro refere-se à qualificação da gestão, relações e processos internos da administração, no qual sugerem-se a valorização dos servidores, a reorganização dos quadros de pessoal em planos de carreira e a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional.

O segundo eixo diz respeito à qualificação do Gasto Público, propondo-se a reestruturação da Dívida Pública do Estado com a União, que compromete cerca de 13% da receita líquida estadual. A proposta dos conselheiros é retirar do cálculo do valor da parcela mensal os gastos constitucionais com saúde e educação. Simplificação tributária e combate à guerra fiscal; e Política de incentivos com prioridade aos retornos sociais – geração de emprego, ampliação da renda e proteção ambiental também são recomendações da Câmara Temática Modernização do Estado.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Está na fase final de elaboração o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o Estado do Rio Grande do Sul. A medida parte de um diagnóstico de que a administração pública estadual apresenta disfunções estruturais que reduzem sua capacidade de atender com rapidez e segurança desde suas próprias rotinas, até as políticas públicas que são demandadas pela sociedade. O PDI está sendo desenvolvido pelas secretarias de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (Seplag); da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) e a Secretaria Geral de Governo (SGG).

Participação cidadã, controle público e transparência, recuperação das funções e serviços públicos e da capacidade de execução dos investimentos, integração entre os órgãos, instâncias e processos de planejamento e gestão, e a Rede de Prevenção à Corrupção compõem a estratégia do Governo para a modernização do Estado. O Sistema Estadual de Participação Cidadã, Sala do Investidor, Escola de Governo, Sala de Gestão, Subchefia de Ética da Casa Civil, entre outros, são algumas das ações que estão em andamento e que têm como objetivo qualificar as funções do Estado. Nesse sentido, destacam-se também os programas Fornecer e Otimizar, iniciativas inéditas executadas pelo Governo do Estado através da Sarh, diretamente relacionadas à modernização da gestão.

O primeiro consiste no Programa de Compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas, estabelecendo um tratamento diferenciado e simplificado para pequenos empresários participarem das licitações de compras e contratações de serviços do Estado; e o segundo, no Programa de Gestão do Patrimônio do Estado, que tem como objetivo modernizar e tornar mais eficaz a utilização dos bens públicos, especialmente os imobiliários.

Política de implementação de Tecnologia da Informação no Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema de Regulação de Leitos; Sistema Estadual de Avaliação Participativa (Seap) da educação pública estadual; otimização dos gastos de água, luz e telefone também são ações em andamento.

Camila Domingues

Amaro Abreu

Camila Domingues

Claudio Fachel

Claudio Fachel

Camila Domingues

Piso Regional: a busca de uma política de reajuste pelo diálogo

Mais de 40 categorias e 1,13 milhão de trabalhadores são abrangidos pelo sistema criado para orientar categorias que não têm reajuste definido por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho

Estabelecer uma política permanente de reajuste do salário mínimo regional foi o motivo da criação da Câmara Temática Piso Regional, que passou a funcionar em abril de 2011 e operou até dezembro do mesmo ano. Novamente em 2012, o governo reuniu com os trabalhadores e empresários na busca de um consenso sobre o tema.

O Governo do Estado tem como diretriz manter uma política de valorização do Salário Mínimo Regional como estratégia de desenvolvimento e buscou estimular o diálogo entre entidades sindicais e empresariais. Os trabalhadores buscam recuperar as perdas acumuladas desde a criação do mínimo regional em 2001, quando era 1.28 acima do salário nacional, enquanto os empresários pedem a extinção do piso no RS.

Em 2011, durante oito meses, foram realizadas diversas reuniões para ouvir as ponderações e propostas das centrais sindicais e das entidades patronais com o propósito de consensuar um padrão de reajuste. Técnicos da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) participaram de diferentes encontros mostrando estudos sobre o impacto na economia gaúcha.

Participaram desses encontros representantes da Central Única dos Trabalhadores, Nova Central, União Geral dos Trabalhadores, Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Federação do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo do Estado, Federação da Agricultura, Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul, Federação das Câmaras de Dirigentes Logistas e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

Índices

A nova gestão do governo estadual, ao assumir em 2011, enviou em fevereiro uma proposta de reajuste de 11,6%, maior percentual com ganho real desde a criação do Piso, aprovado pelo Legislativo em abril retroativo a março. Para 2012, as centrais sindicais propuseram reajuste de 18,7%, tomando por base o INPC, mais o PIB. Os trabalhadores solicitaram que o reajuste vigorasse a partir de 1º de janeiro, a exemplo do piso nacional, e cumprindo acordo fechado em 2010 com as entidades empresariais. Durante as negociações, as federações admitiram um reajuste de um pouco mais de 7%.

Ao final o Executivo propôs 14,75%, com valor de R$ 700,00 para a faixa I, índice aprovado pelo Legislativo. Atendendo ao pedido das federações empresariais, o Governo do Estado retardou para 1º de março de 2012 a data de entrada em vigor do salário regional deste ano.

Em 2012, o pedido dos trabalhadores foi de reajuste de 13% e uma política permanente, que considere a média de crescimento do PIB gaúcho e nacional dos dois últimos anos, mais a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC). As centrais sindicais pediram ainda que o Piso faça parte da Constituição, como uma política de Estado.

Solicitam ainda a recuperação das perdas do salário desde sua criação em 2011, propondo que o valor seja reposto em quatro parcelas de 3%, até chegar ao valor inicial que era de 1.28 salários-mínimos. Os dirigentes solicitaram a inclusão de três novas categorias: secretárias, farmacêuticos e trabalhadores de imobiliárias, além de alteração de faixas de categorias que apresentam defasagem na faixa atual. O Piso Regional é referência para 1,135 milhão de trabalhadores.

O reajuste para 2013 foi de 10% vigorando a partir de 1º de fevereiro. Com a proposta, o piso passou de R$ 700 para R$ 770 na faixa inicial e chega a R$ 837,40 na faixa salarial mais elevada. O projeto foi aprovado em dezembro de 2012.

O Governo gaúcho, assim como fez o Governo Federal nos últimos anos, aposta no aumento da capacidade do poder de compra dos trabalhadores como um dos pilares para evitar a recessão da economia. Para compensar o aumento das despesas das empresas, o governo estadual adotou uma série de medidas para fomentar e acelerar o desenvolvimento econômico do Estado, como os incentivos na área de inovação, o fortalecimento das cadeias produtivas regionais, o não aumento de impostos, além da reestruturação do Fundopem.

Reajuste 2011:	11,6%
Reajuste 2012:	14,75%
Reajuste 2013:	10%

Valores do piso regional 2013:	
Faixa 1:	de R$ 700,00 para R$ 770,00
Faixa 2:	de R$ 716,12 para R$ 787,
Faixa 3:	de R$ 732,36 para R$ 805,59
Faixa 4:	de R$ 761,28 para R$ 837,40

Eduardo Seidl

Eduardo Seidl

Alexandre Miorim

Legado da Copa em debate no Conselhão

Necessidade de envolvimento e apropriação da sociedade acerca do legado, garantindo desenvolvimento econômico com inclusão social, motivou a criação do novo colegiado

Uma nova câmara temática foi instalada para estabelecer o debate sobre o legado da Copa do Mundo 2014 e acolher sugestões que visem a potencializar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul com inclusão social, a partir das oportunidades de investimento, intercâmbio e divulgação do Estado.

A criação do colegiado foi sugerida pelos conselheiros em reunião do Comitê Gestor e, depois, aprovada em encontro do Pleno do Conselhão. As atividades partem do entendimento de que a sociedade deve estar engajada no processo preparatório à competição, de modo a assegurar que os ganhos sejam apropriados por toda a população gaúcha. Em três reuniões já realizadas, os integrantes da câmara conheceram e fizeram sugestões sobre projetos e ações do Governo do Estado relacionados à competição, que estão sendo promovidos pelo Comitê Gestor da Copa 2014 (CGCopa 2014), vinculado à Secretaria do Esportes e do Lazer (SEL).

São obras, investimentos e políticas direcionadas à segurança, infraestrutura, desenvolvimento turístico, cultura, educação, promoção comercial e tecnológica, estádios e transparência. Construção ou melhorias dos Centros de Treinamento das Seleções (CTS), investimentos em saúde, na rede hoteleira, na capacitação profissional da população local e ações voltadas à proteção do meio ambiente e da sustentabilidade também são ações em execução.

Preocupações da sociedade gaúcha em relação ao processo preparatório à Copa do Mundo foram apresentadas pelos conselheiros e conselheiras, cujas contribuições foram encaminhadas ao governador. A necessidade de se obedecer a um padrão de dignidade nas remoções habitacionais necessárias em razão de obras da Copa 2014, en-

volvendo as comunidades no debate e na busca de soluções, e o respeito à salubridade dos trabalhadores envolvidos diretamente nas obras de reforma e de construção foram aspectos ressaltados pelos conselheiros.

Os conselheiros e conselheiras da câmara temática destacaram a importância da segurança nos aeroportos, a necessidade de avanço na integração entre as polícias e o combate ao racismo e à xenofobia institucional nos serviços. Quanto à infraestrutura, foi destacada a importância de que investimentos nas principais rodovias do Estado sejam efetivamente concretizados, como a qualificação das RS-010, RS-118 e RS-448.

A necessidade de envolvimento e apropriação do povo acerca do legado, garantindo desenvolvimento econômico com inclusão social, ações para a promoção do RS como destino turístico e de investimentos, e o fomento a ações de empreendedorismo, projetos de turismo e linhas de crédito estão entre as contribuições que constam do Relatório de Concertação da Câmara Temática Copa 2014.

Os participantes sugeriram a manutenção do colegiado no próximo período, para aprofundar temas e ampliar a participação da sociedade. A realização de "Diálogos CDES-RS", envolvendo entidades, movimentos sociais e comunidades envolvidas na preparação ao evento, também foi recomendada.

A Copa do Mundo 2014 será realizada no Brasil de 12 de junho a 13 de julho. Entre as 12 cidades-sede está Porto Alegre, onde ocorrerão cinco partidas, quatro pela primeira fase e uma pelas oitavas de final. Os jogos ocorrerão no Estádio Beira-Rio, nos dias 15, 18, 22, 25 e 30 de junho. RS já tem nove Centros de Treinamentos credenciados pela Fifa.

Conforme informações do Comitê Organizador Local da Fifa (COL), os investimentos deverão totalizar na economia brasileira mais de R$ 110 bilhões até 2014 e gerar aproximadamente 33 mil empregos ao ano. A previsão é que no RS sejam aplicados R$ 7 bilhões de investimentos entre município, Estado e União.

Secopa CE

Camila Domingues

Tiago Garcia/Sel

Eduardo Seidl

CDES integra Sistema Estadual de Participação Cidadã

A Votação de Prioridades, o Gabinete Digital, as interiorizações e as caravanas de prestação de contas integram esta rede

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) integra o Sistema de Participação Popular e Cidadã. Desde 2011, o governo estadual implementa um conjunto de ferramentas de participação para contribuir na gestão do Estado. A Votação de Prioridades, o Gabinete Digital, as interiorizações e as caravanas de prestação de contas integram esta rede.

PPA Participativo

Em março, abril e maio de 2011, foi elaborado de forma participativa o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015, com a realização de nove seminários regionais, que reuniram seis mil lideranças do Estado e 350 instituições, com a apresentação de 12 mil manifestações, traduzidas em 23 áreas e 67 programas.

Ciclo do Orçamento Estadual

O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã leva a discussão do Orçamento a todos os recantos do Estado, através de audiências públicas regionais e assembleias municipais. Em maio, junho e julho de 2011, com o en-

volvimento de 60 mil pessoas nas três primeiras etapas – audiências públicas regionais, assembléias municipais e microrregionais e fóruns regionais. Em 2012, foram 542 encontros para debater a peça orçamentária em 494 municípios do Estado. O processo presencial foi seguido da Votação de Prioridades, em urnas e pela internet, que mobilizou 14% do eleitorado gaúcho (1,1 milhão de votantes) de forma espontânea na eleição dos projetos regionais.

Gabinete Digital

O Gabinete Digital do Governador do Rio Grande do Sul é um canal de participação e diálogo entre governo e sociedade. Com a criação de ferramentas para a realização de audiências digitais e consultas públicas, milhares de pessoas foram ouvidas sobre os temas Saúde e Segurança Pública. Com cinco prêmios nacionais e internacionais, os canais abertos pelo Gabinete Digital já propiciaram importantes resultados como a geração de políticas públicas e definição de ações pelo Governo do Rio Grande do Sul. Em 2011 e 2012, são 240 mil votos em ações que devem ser implementadas pelo Estado até 2014, consagrando a atividade como a maior consulta pública digital do país.

Interiorizações e os Encontros para o Desenvolvimento

As Interiorizações e os Encontros para o Desenvolvimento, presididas pelo Governador, levaram milhares de pessoas às reuniões com a instalação do Governo em dezenas de cidades do interior. A descentralização do Governo do Estado para os municípios do interior chegou a 22 cidades em 2012, levando o secretariado para anunciar as principais obras e discutir as políticas públicas em cada região.

Claudio Fachel

Caco Argemi

Programa de Combate às Desigualdades Regionais

O desenvolvimento do Programa de Combate às Desigualdades Regionais é executado de forma transversal. Trabalha em nove regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (Idese) e de menor potencial.

O Programa, coordenado pelo Gabinete do Vice-Governador e Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, realiza reuniões periódicas para debate e acompanhamento dos principais projetos elencados para cada região. Das nove regiões priorizadas, sete já receberam a instalação do Programa. Para 2013 estão programadas as regiões do Paranhana, Encosta da Serra e Norte. Cada região está construindo uma hierarquização de suas principais demandas, para que estas tenham um tratamento prioritário, objetivando o avanço do desenvolvimento na região.

Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas

O Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas estabeleceu um local privilegiado de articulação municipal, além de acompanhar os seminários regionais do PPA Participativo. Idealizada no Plano de Governo Tarso Genro e institucionalizada pela Lei Nº. 13.601, a Secretaria do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas tem a missão de articular as prefeituras para se habilitarem em projetos, na captação de recursos, fortalecer as relações federativas com os municípios e contribuir na formação e desenvolvimento da gestão pública municipal. Um dos principais objetivos é dar celeridade e agilizar os encaminhamentos nos necessários procedimentos burocráticos, sempre visando a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos gaúchos.

Conferências Setoriais e de Direitos

Os Conselhos de Políticas Setoriais Estaduais estão sendo fortalecidos pelo governo estadual, criando condições de funcionamento e preparando representantes do governo nos conselhos para melhor atuarem na políticas públicas. Ao longo do ano, ocorreram conferências estaduais, antecedidas de significativo número de conferências municipais. Também foi criado o Conselho dos Povos de Terreiro, a pedido do CDES-RS.

Cláudio Fachel

Camila Domingues

Conselhão e Fundação Piratini promovem debates na praça

Realizada anualmente na Praça da Alfândega, a Feira do Livro de Porto Alegre é considerada o maior evento do gênero a céu aberto da América. A última edição ocorreu de 26 de outubro a 11 de novembro de 2012, contando com programação especial do Conselhão

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) participou da 58ª Feira do Livro de Porto Alegre, em parceria com a Fundação Cultural Piratini, com o mote "A cultura do diálogo muda a nossa vida".

Com a finalidade de promover o Conselhão e fortalecer a cultura do diálogo no Rio Grande do Sul, foram realizadas atividades com os conselheiros e a comunidade sobre os temas em debate nas Câmaras Temáticas em funcionamento.

O evento se realiza anualmente na Praça da Alfândega da capital gaúcha, ocorreu de 26 de outubro a 11 de novembro de 2012 e é considerado o maior evento do gênero a céu aberto da América.

Temas como "Preconceito e Diversidade"; "Esporte e Inclusão" e um Sarau sobre a diversidade cultural gaúcha integraram a programação realizada no estande localizado próximo ao Memorial do Rio Grande do Sul, com transmissão pela Rádio FM Cultura e TVE.

Diversidade sexual, combate à homofobia e direitos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – foram temas que contaram com a participação da conselheira Maria Berenice Dias, referência nacional na luta pela promoção dos direitos homoafetivos, que falou sobre os avanços e entraves na legislação brasileira acerca do tema. Contou com a participação também da presidente da Coordenação Sul da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Marcelly Malta.

Outro bate-papo ocorreu com a participação da conselheira e ginasta Daiane dos Santos e o conselheiro Leonardo Silveira, com o tema "Esporte e Inclusão". Ícone da ginástica olímpica brasileira, Daiane é incentivadora da prática esportiva como meio de inclusão social. Conselheira do CDES-RS desde 2011, ela tem se engajado em diversas ações e projetos voltados ao fomento do esporte no País.

Um Sarau do Conselhão, com a participação dos conselheiros Luiz Augusto Fischer, Giba Assis Brasil, apresentação do músico Pedrinho Figueiredo e mediação do jornalista Newton Silva, encerrou as atividades do CDES na Feira do Livro de 2012.

Eduardo Seidl

Conselhos formam Rede da América-Latina e Caribe

A proposta surgiu inicialmente no primeiro encontro em Porto Alegre e foi apresentada com mais ênfase pelo CDES da Presidência da República do Brasil

O número de Conselho Econômicos e Sociais cresce e vem estimulando uma série de encontros e debates para formação de redes que permitam o intercâmbio entre estes colegiados. Cerca de 70 Conselhos Econômicos e Sociais já estão em funcionamento no mundo. Um dos exemplos foi o I Encontro Ibero-Americano de Conselhos de Desenvolvimento, realizado em dezembro de 2011, em Porto Alegre, reunindo conselheiros de vários países da América Latina, Portugal e Espanha.

Trocar experiências, debater o papel da sociedade civil no novo modelo econômico, social e ambiental de governança global e estimular espaços de pactuação social foram os objetivos da atividade, que reuniu cerca de 500 pessoas de 17 países. O CDES-RS realizou a última reunião do Pleno durante o evento como forma de demonstrar o funcionamento do colegiado.

Durante o encontro, representantes do Brasil, Portugal e República Dominicana assinaram um memorando de entendimento para atuar em conjunto em temas como a participação da sociedade nos governos.

No evento foi firmada a Declaração de Porto Alegre, na qual se fortalece a aspiração de criar um espaço comum a favor da democracia, dos direitos humanos, da coesão social e territorial e do desenvolvimento sustentável para a região.

Confira a revista produzida a partir dos debates do I Encontro de Porto Alegre e toda a cobertura no site http://iberoamericaces.rs.gov.br/pt/

Integração da região

Em outubro de 2012, ocorreu o II Encontro Ibero-Americano de Conselhos em Madri, na Espanha, com participação do Conselho gaúcho. Durante esta atividade iniciou também a articulação para a criação da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e Caribe. A proposta surgiu inicialmente no primeiro encontro em Porto Alegre e foi apresentada com mais ênfase pelo CDES da Presidência da República do Brasil, recebendo o apoio dos demais participantes. O Conselhão gaúcho foi designado a organizar esta rede, que deve ser formalmente instalada em 2013.

O encontro teve como tema "Globalização e Crescimento Inclusivo: o papel dos Conselhos Econômicos e Sociais". A maioria dos representantes dos Conselhos fez duras críticas ao modelo econômico que levou a Europa à atual crise. As resoluções do encontro fizeram parte do Relatório Final da XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em novembro, em Cádiz, na Espanha. Confira a íntegra neste link:
http://www.cdes.rs.gov.br/biblioteca/interna/cda/714

Colegiados do Brasil recomendam que capitais sedes da Copa criem conselhos

Também em novembro de 2012, ocorreu o I Encontro de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social, em Salvador, que formulou a Carta da Bahia, documento que reitera o papel dos conselhos, encaminha a criação de uma rede nacional dos colegiados existentes – um federal, oito estaduais e sete municipais -, e propõe aos demais entes federados que criem instâncias semelhantes em suas estruturas governamentais.

O documento propõe especificamente que as capitais brasileiras que sediam jogos da Copa 2014 criem colegiados para acompanhar os investimentos públicos e o legado que ficará às comunidades.

O II Encontro ocorrerá em Porto Alegre, no mês de abril de 2013, quando também será constituída a rede de conselhos brasileiros. Avaliar os avanços e entraves encontrados nos cotidianos dos colegiados, reafirmar a importância dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social como instâncias de promoção do diálogo entre governo e sociedade, possibilitando o estabelecimento de acordos e a elaboração de políticas públicas, pautam as atividades.

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS DA GESTÃO 2011/2012

Ademar Schardong

Alexandre Sikinowski Saltz

Alexandrino de Salles Ramos de Alencar

André Bier Gerdau Johannpeter

Antônio César Gonçalves Borges

Antônio Escosteguy Castro

Ary Vanazzi

Athos Roberto Albernaz Cordeiro

Atílio Ibargoyen

Bolívar Baldisserotto Moura

Cairo Fernando Reinhardt

Carlos Otávio Schneider

Carlos Raimundo Paviani

Celso Ludwig

Celso Schröder

Clamir Balen

Cláudio Affonso Amoretti Bier

Cláudio Augustin

Cláudio José Allgayer

Claudir Antônio Néspolo

Daiane Garcia dos Santos

Daniel Vieira Sebastiani

Dom Gílio Felício

Dunga (Carlos Caetano Bledorn Verri)

Eduardo Linhares

Eduardo Rolim de Oliveira

Elton Roberto Weber

Ercy Pereira Torma

Fernando Antonio Lucchese

Franco Pallamolla

Frei Sérgio Görgen

Gedeão Silveira Pereira

Georgina Bond Buckup

Giba Assis Brasil

Gilberto Antônio Piccinini

Gilberto Cardoso de Aguiar

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS DA GESTÃO 2011/2012

Guiomar Vidor

Hugo R.M. Ximenes

Irineu Boff

Isaías Antônio Vedovatto

Ivo Cansan

Jaques Alfonsin

Jorge Francisco da Fontoura

José Antônio Fernandes Martins

José Paulo Dorneles Cairoli

Josecarla Signor

Josiane Rodrigues de Oliveira

Julio Ricardo Mottin

Lauro Beheregaray Delgado

Leonardo Monteiro Silveira

Luis Augusto Fischer

Luiz Fernando de Pinedo

Mara Luzia Feltes

Maria Alice Lahorgue

Maria Berenice Dias

Maria Helena Weber

Mauri José Vieira Cruz

Mercedes Maria Loguércio Cânepa

Milton Francisco Kempfer

Nadine Tagliari Farias Anflor

Neuza Celina Canabarro Elizeire

Ney José Lazzari

Nilson Luiz May

Osmildo Pedro Bieleski

Osvaldo Voges

Paulo D´Arrigo Vellinho

Paulo Roberto Barck

Paulo Tigre

Pedro Antônio Teixeira

Pio Giovani Dresch

Raul Gastão Klein

Roberto de Moraes Maisonnave

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS DA GESTÃO 2011/2012

Ronaldo Bolognesi

Ronei Alberto Lauxen

Rosane Oliveira Duarte Zimmer

Rui Polidoro Pinto

Sandrali de Campos Bueno

Sergio de Miranda

Sérgio Schneider

Simone Machado Fontoura

Sirmar Antunes

Telmo Borba Magadan

Ubiratan Batista Job

Underléa Miotto Bruscato

Valdecir Luis Folador

Valter Souza

Vergílio Frederico Perius

Vitor Augusto Koch

Walter Fabro

Werner Schunemann

CONSELHEIROS QUE PARTICIPARAM DESTA GESTÃO

Celso Woyciechowski

César Luis Chagas

Cléo de Aquino Ferreira

Fernando Costa

João Batista Xavier da Silva

João Ricardo dos Santos Costa

Luis Roberto dos Santos

Marcelo Dorneles

Mariovane Weiss

Paulo Frizzo

Vilmar Zanchin

CONSELHEIROS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Carlos Pestana - Chefe da Casa Civil

Cleber Prodanov - Secretário da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

Fernando Guaragna Martins - Reitor da Uergs

Ivar Pavan - Secretário de Desenv. Rural, Pesca e Cooperativismo

João Motta - Secretário de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Kalil Sehbe - Comitê Gestor da Copa de 2014

Luís Augusto Lara - Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social

Luiz Fernando Mainardi - Secretário de Agricultura, Pecuária e Agronegócio

Maurício Dziedricki - Secretário de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa

Mauro Knijnik - Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Vinicius Wu - Secretário-Geral de Governo

Odir Tonollier - Secretário da Fazenda

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS NOVOS

Carlos Alexandre Netto

Carmem Camino

Cleonice Fabiane Back

Deborah Finocchiaro

Diza Gonzaga

Eduardo Pazinato

Fábio Bernardi

Flávio Fligenspan

Gildo Milman

Heitor José Muller

Irmã Lourdes Dill

Jarbas Lima

José Carlos Estefenon

Letícia Moreira da Silva,

Lícia Margarida Macêdo de Aguiar Peres

Luciana Inês Gomes Miron

Luisa Geisler

Marcelo Bertoluci

Maria Tujira da Silva Cardoso

Marta Rossi

Mirian Barbosa

Nestor Freiberger

Orildes Maria Lottici

Ricardo Russowsky

Roberto Argenta

Sandra Lucia Lopes da Silva

(Representante ainda não indicado)

Representante indígena

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS GESTÃO 2013/2014

Alexandre Saltz
Alexandrino Alencar
André Bier Gerdau Johannpeter
Antônio Escosteguy Castro
Ary Vanazzi
Athos Roberto Albernaz Cordeiro
Bolivar Baldisserotto Moura
Carlos Alexandre Netto *
Carlos Otávio Schneider
Carlos Raimundo Paviani
Carmem Camino *
Celso Schröder
Clamir Balén
Cláudio Augustin
Cláudio Bier
Cláudio José Allgayer
Claudir Antônio Néspolo
Cleonice Fabiane Back *
Daiane dos Santos
Daniel Vieira Sebastiani
Deborah Finocchiaro *
Diza Gonzaga *
Dunga (Carlos Caetano Bledorn Verri)
Eduardo Pazinato *
Eduardo Rolim
Elton Roberto Weber
Ercy Pereira Torma
Fábio Bernardi *
Fernando Antonio Lucchese
Flavio Fligenspan *
Frei Sérgio Görgen
Gedeão Pereira
Georgina Bond Buckup
Giba Assis Brasil
Gilberto Picinini
Gildo Milman *
Guiomar Vidor
Heitor José Muller *
Hugo Ximenes
Irmã Lourdes Dill *
Isaías Vedovatto
Ivo Cansan
Jarbas Lima *
Jorge Francisco da Fontoura
José Antônio Fernandes Martins
José Carlos Estefenon *
Josecarla Signor
Josiane Rodrigues de Oliveira
Júlio Ricardo Mottin
Lauro Beheregaray Delgado
Leonardo Monteiro Silveira
Letícia Moreira da Silva *
Lícia Margarida Macêdo de Aguiar Peres *
Luciana Inês Gomes Miron *
Luisa Geisler *
Mara Luiza Feltes
Marcelo Bertoluci *
Maria Alice Lahorgue
Maria Tujira da Silva Cardoso*
Marta Rossi *
Mauri Cruz
Mercedes Maria Loguércio Cánepa
Mirian Barbosa *
Nadine Tagliani Farias Anflor
Nestor Freiberger *
Neuza Canabarro
Ney José Lazzari
Orildes Maria Lottici *
Osvaldo Voges
Paulo D´Arrigo Vellinho
Paulo Tigre
Pedro Antônio Teixeira
Pio Dresh
Representante indígena *
Ricardo Russowsky *
Roberto Argenta *
Roberto Maisonnave
Rosane Zimmer
Sandra Lucia Lopes da Silva *
Sandrali de Campos Bueno
Sérgio Miranda
Sérgio Schneider
Telmo Magadan
Ubiratan Batista Job
Underléa Bruscato
Valdecir Luis Folador
Valter Souza
Vergílio Frederico Perius
Vitor Koch
Walter Fabro

* Novos conselheiros da gestão 2013/2014

EXPEDIENTE

Publicação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Secdes)
Março de 2013

Governador
Tarso Genro
Vice-governador
Beto Grill

Secretário-executivo do Conselho
de Desenvolvimento Econômico e Social
Marcelo Danéris

Direção-Geral
Ilza do Canto

Chefe de Gabinete
Zelmute Marten

Coordenação das Câmaras Temáticas
Ana Lúcia Fialho

Coordenação do Pleno do CDES-RS
Maria Eunice Araújo

Coordenação dos Diálogos CDES-RS
Ana Félix

Coordenação de Eventos
Cristina Serrano

Coordenação Administrativa
Lauro Machado

Assessoria de Comunicação
Stela Pastore

Assessoria Jurídica
Lúcia Helena Villar

Assessoria de Câmaras Temáticas
Jackson Raymundo
José Reis
Lauro Belini
Paulo Neves
Reginete Bispo
Renê Ribeiro
Valeska Zoravski

Assessoria Técnica
Carla Saraiva
Priscilla Santos

Equipe de apoio
Almeris Menti Júnior
Ana Becker
Antônio Petry
Any Moraes
Candice Parnow
Carina Fernandes
Gustavo Sehnem
Josicler Ames
Karoline Cardoso
Luciane de Barros
Reginaldo Nogueira
Sérgio Marques da Cunha
Túlio Casali

Estagiários: Alexandre Miorim, Bruno Fernandes, Leonardo Romeros

Revista de balanço das atividades
da primeira gestão do CDES-RS – 2011/2012
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

Edição e textos: Stela Pastore
Apoio e Revisão: Alexandre Miorim

Projeto gráfico: Agência Escala
Diagramação: Kike Borges
Impressão: Gráfica Ideograf
Tiragem: 5 mil exemplares

Fotos: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital: Alexandre Miorim, Alina Souza, Bruna Cabrera,Caco Argemi, Camila Domingues, Camila Hermes, Caroline Biccochi, Cláudio Fachel, Eduardo Seidl, Laura Moraes, Laura Guerra, Pedro Revillion, Walter Fagundes

Endereço da Secdes
Centro Administrativo Fernando Ferrari
Avenida Borges de Medeiros, 1.501 – 21º andar
Porto Alegre – RS – Cep: 90119-900
Fone: + 55 51 3288-6728
Email: cdes-comunica@secdes.rs.gov.br
Twitter: @cdes_rs
www.cdes.rs.gov.br

Centro Administrativo Fernando Ferrari - Borges de Medeiros, 1501, 21º andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - CEP: 90119-900
Telefone: (51) 3288-6778 | E-mail: cdes@secdes.rs.gov.br | www.cdes.rs.gov.br

CDESRS
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Rio Grande do Sul
Governo do Estado